

biodesign



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE
VILA VELHA DE RODÃO

Abril 2015

FICHA TÉCNICA

Arq^a. Paisagista Inês Gonçalves
Responsável Técnica

Prof. Paulo Flores, Licenciado em Geografia,
componente Dinâmica Sócio-económica

Arq^a. Paisagista Inês Gonçalves,
componentes Ordenamento e Gestão do Território, Valorização e
Protecção Cultural e Paisagística, Estrutura Ecológica

Arq^a. Maria Mota,
componentes Acessibilidades e Mobilidade, Requalificação Urbana

Eng^a. Biofísica Carla Antunes,
componente Recursos Hídricos

Eng^a. do Ambiente António Romão
componentes Ar, Ruído e Riscos Naturais e Tecnológicos

CM DE VILA VELHA DE RODÃO

REVISÃO DO PDM DE VILA VELHA DE RODÃO

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RESUMO NÃO TÉCNICO

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE	3
3.	OBJECTO DE AVALIAÇÃO – REVISÃO DO PDMVVR	5
4.	FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	12
5.	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD	15
7.1.	AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS E FUNDAMENTAÇÃO DA ALTERNATIVA QUE SUSTENTA A OPÇÃO DO PLANO	15
7.2.	ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	19
7.3.	ANÁLISE DE EFEITOS, OPORTUNIDADES E RISCOS	24
7.4.	MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES PARA SEGUIMENTO	32
7.4.1.	Medidas e recomendações de planeamento	32
7.4.2.	Medidas e recomendações de monitorização	33
7.5.	QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO	42
8.	CONCLUSÃO	43

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui um Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Velha de Ródão (PDMVVR), plano da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão. O RNT Visa produzir uma síntese dos conteúdos tratados na AAE, apoiando a sua divulgação generalizada. Neste sentido, encontra-se estruturado de forma a explicitar clara e objectivamente a análise efetuada e os resultados mais relevantes da avaliação. Para o total esclarecimento ou aprofundamento de qualquer matéria nele contida, sugere-se a consulta directa do Relatório Ambiental

A Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Velha de Rodão encontra-se sujeito a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica, em conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) previsto no Decreto-Lei 316/2007, de 19 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, em conjugação com o Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto. A presente AAE baseia-se no Decreto de Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, o qual “estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as diretivas n.ºs 2001/42/CE, do parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio”.

A Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão, no âmbito da sua estratégia de desenvolvimento, entendeu desencadear o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal em 2006, decorridos que estavam cerca de 12 anos desde a sua entrada em vigor (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/94, de 6 de Maio), por considerar necessária e urgente a supressão de um conjunto de lacunas e fragilidades de que este documento enferma, bem como dotá-lo de condições que garantam uma intervenção no território mais consentânea com a realidade atual, contribuindo assim para o agilizar da gestão urbanística do território concelhio.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AAE

O grande objetivo da AAE é estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente integrando princípios de sustentabilidade no processo de decisão a par do planeamento e gestão territorial, incorporando as preocupações ambientais, sociais, económicas, políticas e institucionais nas diversas fases da revisão e implementação do PPDVVR.

Neste sentido a avaliação ambiental serve para a:

- Promover o esclarecimento dos objetivos do plano estabelecendo uma relação com os fatores ambientais;
- Identificar aspetos do plano que possam ser prejudiciais para o ambiente;
- Aumentar a sensibilidade do plano para as questões ambientais;
- Ajudar na escolha de políticas e estratégias considerando as suas possíveis consequências ambientais;
- Avaliar se são necessárias medidas com vista a prevenir, reduzir ou “deslocar” os efeitos ambientais adversos;
- Promover a participação pública no processo de planeamento, demonstrando que os efeitos ambientais foram tidos em conta no processo;

- Assegurar que todas as partes interessadas no processo possam intervir de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

O processo da avaliação ambiental da Revisão do PDMVVR, integra as seguintes fases principais:

1ª Fase – Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental. Esta fase compreende a identificação do objeto de avaliação e das questões estratégicas (QE) que lhe estão associadas, do quadro de referência estratégica (QRE), dos fatores críticos para a decisão (FCD), de um fórum apropriado de atores e a estratégia de comunicação e envolvimento, e a integração com o processo de planeamento. Para cada fator crítico são estabelecidos os objetivos de sustentabilidade ambiental e selecionados indicadores que asseguram a avaliação ambiental do plano. Desta fase resulta um Relatório de Fatores Críticos para a Decisão sujeito a apreciação das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) (n.º 3 do Artigo 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio).

2ª Fase - Análise, Avaliação e preparação do Relatório Ambiental. Esta fase compreende a análise das principais tendências ligadas a cada FCD, a avaliação e comparação de opções que permitam escolhas, a avaliação de oportunidades e riscos, bem como a avaliação de pontos fortes e fracos e a proposta de diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação. Nesta fase são considerados os comentários/observações das entidades consultadas na 1ª Fase do processo. Desta segunda fase resulta um Relatório Ambiental (RA) onde se integra a síntese da análise e avaliação efetuadas.

Os conteúdos e a metodologia para a elaboração do RA seguem o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio. O procedimento de aprovação do RA seguirá, todavia, o regime procedimental decorrente dos artigos 74.º e seguintes e artigo 151.º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redação atualmente em vigor que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de Agosto.

Antes da aprovação do PDM e do respetivo RA preliminar, é promovida a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação da Revisão do PDMVVR. Posteriormente deverá ser promovida a consulta pública.

Etapa 3 – Elaboração do Relatório Ambiental Final

O RA final deverá ser elaborado após a conclusão da consulta pública e após a receção dos contributos das entidades. Este relatório consistirá numa versão revista do RA preliminar, que incluirá os contributos recebidos, aquando da consulta pública e da consulta às entidades, desde que consideradas pertinentes.

3ª Fase – Elaboração da Declaração Ambiental. Após a aprovação da Revisão do PDMVVR será elaborada uma Declaração Ambiental, da qual conste:

- A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados na Revisão do PDMVVR;
- As observações apresentadas durante a consulta pública e os resultados da respetiva ponderação;
- As razões que levaram à aprovação da Revisão do PDMVVR, em prol de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente e disponibilizada ao público, para consulta.

4ª Fase – Seguimento. A execução da Revisão do PDMVVR, incluindo na sua vertente de compatibilização com a Declaração Ambiental será implementada e avaliada em conformidade com os mecanismos de avaliação constantes do artigo 11º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio e dos artigos 144.º e seguintes do citado do Decreto-Lei n.º 380/99, 22 de Setembro, na redação atualmente em vigor que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de Agosto.

3. OBJECTO DE AVALIAÇÃO – REVISÃO DO PDMVVR

O concelho de Vila Velha de Ródão, pertencente ao distrito de Castelo Branco. Confina com Espanha (Cedillo) a Leste; com o concelho de Nisa a Sul; com o de Mação a SSO; com o concelho de Proença-a-Nova a Oeste e com o concelho de Castelo Branco a Norte. Está incluído na NUT Beira Interior Sul, juntamente com os concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova e Castelo Branco.

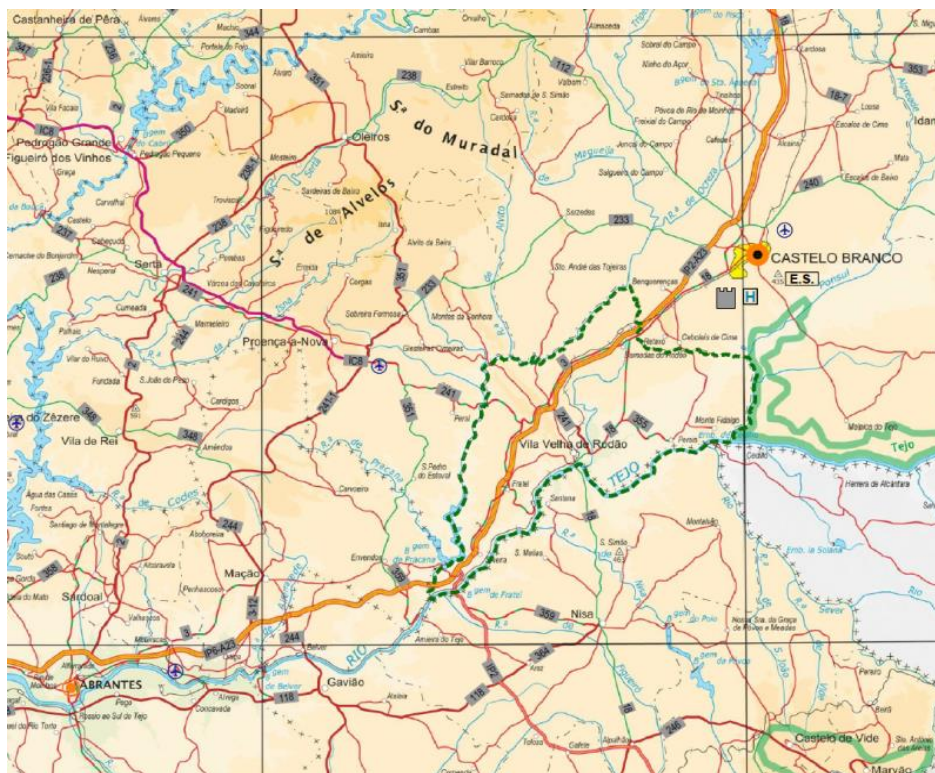


Figura 1 - Localização da área de intervenção do PDMVVR

O âmbito territorial de intervenção da Revisão do PDMVVR é de 330 km² e 3521 habitantes, distribuídos por 4 freguesias (Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila velha de Ródão), é um Concelho relativamente pequeno atendendo ao seu contexto regional, representando apenas 9% da área total da Beira Interior Sul e 1,2 % da região Centro.

O concelho apresenta limites físicos bastante precisos, fundamentalmente a nível hidrográfico – desenvolve-se na bacia do Tejo, entre o Tejo (limite sul) e os seus afluentes, o rio Ocreza (limite oeste-noroeste) e Rio Ponsul (limite Este), e possui fronteiras com os Concelhos de Castelo Branco, Proença-a-Nova, Mação e Nisa e ainda com a província espanhola da Estremadura.

Vila Velha de Ródão constitui um território de charneira, onde se faz a transição entre contextos regionais distintos – Norte alentejano, Pinhal Interior, Raia Beirã – beneficiando por isso de uma localização geográfica impar, incrementada pela proximidade a Castelo Branco (um dos principais pólos regionais), e à fronteira com Espanha. Apesar da ocupação florestal ser dominante no contexto concelhio e regional, na paisagem de Vila Velha de Ródão verificam-se ainda reminiscências das áreas de montados presentes a sul do Tejo, decorrente deste posicionamento particular.

A estratégia de desenvolvimento local proposta na Revisão do PDMVVR assenta estruturalmente num objetivo central (visão), ao qual correspondem Domínios Estratégicos de Intervenção (DEI), Eixos Estratégicos (EI) e Objetivos Estratégicos (OE).

Os domínios cobertos pelas orientações estratégicas desenhadas para o Concelho no âmbito da revisão do PDM e para um horizonte de médio prazo (2025) são:

- a demografia, atendendo à diminuta dimensão humana e às dificuldades em contrariar o envelhecimento e o despovoamento;
- a economia, sobretudo a partir do potencial dos recursos turísticos e de produtos regionais, a explorar de forma mais aprofundada e estruturada, mas também de outros recursos endógenos, nomeadamente o potencial agrícola, florestal e cinegético;
- a sociedade, já que é fundamental estimular e apoiar as organizações civis ligadas à cultura, recreio, desporto ou apoio social. Vila Velha de Ródão acolhe um conjunto de entidades que merecem ser apoiadas na sua atividade, orientada para melhorar o quadro de vida da população e que poderão fornecer ainda um contributo valioso para a rentabilização de equipamentos e ainda ser elementos interessantes a incluir nas práticas turísticas;
- a inovação, já que o domínio tecnológico, ambiental e das energias alternativas constituem uma clara urgência a ser incluídas em qualquer estratégia territorial se se quiser dar um salto qualitativo e diferenciador face a outros espaços;
- o ambiente, no sentido inequívoco da promoção de uma gestão ambiental sustentável dos recursos naturais existentes. Partindo dos valores naturais que o município encerra, é necessário promover a complementaridade entre as atividades económicas e a gestão sustentável dos mesmos, salvaguardando a sua preservação;
- as relações regionais, que poderão ser importantes alavancas no desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, através do aproveitamento das sinergias geradas entre os vários territórios.

A estruturação da Estratégica de Desenvolvimento Local organiza-se em torno de 4 níveis, a saber:

- Visão;
- 3 Domínios Estratégicos de Intervenção (DEI);
- 5 Eixos Estratégicos (EI);
- 27 Objetivos Estratégicos (OE).

A visão central da estratégia de desenvolvimento local em implementação no município de Vila Velha de Ródão, entendida como o objetivo global e modelo de intervenção a atingir no horizonte 2015/2025 é:

“Qualificar a trajetória de desenvolvimento do concelho de Vila Velha de Ródão, melhorando a qualidade de vida e a coesão social e promovendo o reforço da sua base de sustentação económica (recursos próprios e vocações específicas) ”.

Os Domínios Estratégicos de Intervenção (DEI) procuram aglutinar três planos essenciais: o passado (e a melhor forma de preservar as suas manifestações e a herança cultural e identitária), o presente (na expectativa de serem garantidas as adequadas condições de bem-estar social) e o futuro (no sentido da vital dinamização da componente demográfica e da base económica). São eles:

- DEI 1 – Um concelho com identidade e história, cujo objetivo é o reforço das trajetórias identitárias, de coesão social e de afirmação territorial;
- DEI 2 – Um concelho onde sabe bem viver, cujo objetivo é a qualificação urbana, do meio ambiente e da Paisagem;

- DEI 3 – Um concelho com futuro, cujo objetivo é a dinamização sócio-económica, a elevação dos patamares de competitividade e diversificação da base de sustentação.

DEI 1 – Um concelho com identidade e história

A perda da memória, encarada esta como um património relevante do concelho de Vila Velha de Ródão, resulta no esquecimento de histórias que se constituíram, ao longo de gerações, como elos de pertença identitários às suas raízes. Urge, pois, desenvolver estratégias como as que se prendem com referenciar locais, registar a tradição oral, recriar a memória concretizando equipamentos que:

- i) potenciem a auto-estima dos residentes;
- ii) atraiam uma população sazonal, turistas, investigadores, alunos;
- iii) imponham a edificação de instalações/apoios;
- iv) motivem a fixação de população capaz de desenvolver respostas aos visitantes.

Com este vetor pretende-se:

- i) Assumir e valorizar o lastro da história;
- ii) Identificar e explorar os fatores identitários;
- iii) Promover ações de valorização da imagem;
- iv) Incrementar uma cidadania ativa e participada;
- v) Criar mecanismos para projetar a autarquia e melhorar a informação inter-regional;
- vi) Criar condições de protagonismo cultural no concelho

Interessa igualmente afirmar o concelho como espaço de referência em termos de organização territorial, de qualidade urbanística e de valorização dos seus recursos naturais, segundo padrões exigentes de ordenamento e de qualidade ambiental, bem como, no contexto nacional, um centro mobilizador de ideias, de projetos, de decisões e de recursos para o investimento em iniciativas de âmbito inter-municipal ou regional, potenciando um novo modelo e nova dinâmica de desenvolvimento local, assente no interesse supra-municipal.

DEI 2 – Um concelho onde sabe bem viver

Em qualquer território de cunho essencialmente rural, os interesses económicos com vista ao desenvolvimento regional relacionam-se, de forma permanente, com o aproveitamento dos recursos naturais e endógenos. Vila Velha de Ródão será um caso onde esta premissa se aplica por excelência.

A este respeito, e considerando a natureza do presente documento, interessa considerar três vertentes fundamentais de ação: o aproveitamento turístico-recreativo, principalmente das frentes ribeirinhas, a valorização do património natural associado às estruturas biofísicas, e a gestão racional da matriz agro-florestal, numa perspetiva de uso múltiplo.

Com vista a uma utilização sustentável do território é fundamental assumir a exploração dos recursos segundo duas óticas simultâneas. Se, por um lado, termos de respeitar as aptidões e limitações do meio natural, por outro lado terão de se adaptar as ações a empreender, de forma a não colocar em causa os recursos presentes, ou seja, desenvolver a exploração dos recursos de forma sustentada. Nesse sentido, as ações de planeamento e ordenamento são, além de obrigatoriedade legal, credoras de uma obrigatoriedade implícita a qualquer agente

com responsabilidade na intervenção no território e no desenho do futuro e da qualidade de vida no mesmo.

Com este domínio pretende-se:

- i) Aprofundar e valorizar as frentes ribeirinhas;
- ii) Conservar e proteger a diversidade paisagística e biofísica;
- iii) Assumir a excelência em matéria de proteção ambiental e dos recursos naturais;
- iv) Procurar a coesão da rede urbana.

É necessário, então, implementar a atratividade do concelho como espaço de vivência de qualidade, de identidade multi-cultural e de participação ativa dos cidadãos na vida pública, na perspetiva de projeção duma inflexão da dinâmica demográfica e da sua capacidade de mobilização para o desenvolvimento e bem-estar do concelho.

DEI 3 – Um concelho com futuro

No que respeita à sustentação económica, o concelho de Vila Velha de Ródão revela algumas dificuldades, não apresentando grande competitividade ao nível dos fatores locativos. Os indicadores atuais, em termos de localização empresarial, modificaram-se significativamente por via do processo de globalização e de massificação da informação. Desta forma, as atividades produtivas tendem a localizar-se onde maximizem a sua situação líquida.

Uma das grandes desvantagens locativas do concelho tem a ver com a baixa densidade demográfica e com a escassez de recursos humanos qualificados. Esta situação, naturalmente, põe em causa projetos económicos de dimensão, pelo que urge que o concelho consiga impor-se como pólo de atratividade de pessoas. Alcançar este objetivo obriga à concretização de um desenvolvimento sustentado.

Este ciclo fechado de interdependência poderá ser interrompido por duas ordens de apostas, simultâneas e com contribuição crescente, considerando o quadro anteriormente apresentado:

- i) incentivos à localização empresarial;
- ii) prioridade à política de fixação de recursos humanos, no sentido de antecipar a obtenção de qualificações profissionais relacionadas com as características técnico-produtivas e nos setores predominantes no concelho.

Este DEI tem como principais objetivos:

- i) Assumir o desafio de formação e ajustar a oferta às necessidades reais e emergentes no tecido produtivo;
- ii) Melhorar as condições de acolhimento e promoção empresarial;
- iii) Valorizar economicamente o património histórico e natural;
- iv) Promover os produtos e serviços locais nos mercados regionais e nacional;
- v) Dotar o concelho de infra-estruturas e equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística; vi) Promover no exterior a imagem de concelho turístico.

Genericamente, importa afirmar a competitividade do concelho enquanto centro de modernidade e pulsação económica, na vertente do seu desenvolvimento económico e empresarial e, portanto, da capacidade de gerar e reter mais rendimentos, mais riqueza, maior bem-estar.

Os cinco eixos estratégicos definidos procuram aglutinar o que de essencial se apresenta em termos de desenvolvimento futuro do município de Vila Velha de Ródão, isto é, apresentam-se como as grandes áreas cujo adequado aproveitamento, dinamização e potenciação permitirão um melhor desempenho deste território, partindo do aproveitamento dos recursos endógenos, da dotação de condições de bem-estar ajustadas à população residente, num quadro de desenvolvimento sustentável.

Considerando que nenhum dos eixos é um domínio estanque e sem relação com os demais domínios da vida coletiva e da gestão municipal, identificaram-se algumas situações em que o mesmo eixo interseja dois domínios (conforme Síntese estratégica da EDL).

Seguidamente apresentam-se, para cada Eixo Estratégico (EE), os objetivos estratégicos (OE) de cada domínio estratégico de intervenção:

Eixo Estratégico 1 – Cultura, Património e Turismo

Implementar estratégias de valorização e promoção do concelho, tendo por base o seu património e a sua cultura, melhorando a atratividade turística e desenvolvendo estruturas e serviços de apoio com qualidade (alojamento, gastronomia, logística e informação)

Objetivos estratégicos:

1. Aumentar a capacidade de dinamização dos equipamentos e estruturas culturais e turísticas, garantindo uma divulgação eficaz e atualizada das ações a concretizar nestes domínios;
2. Promover a preservação e qualificação do património monumental e arqueológico em geral;
3. Desenvolver projetos de intervenção com vista à futura criação de uma área de proteção, reabilitação e valorização especificamente direcionada para o património natural, cultural e histórico do vale do Tejo, com especial relevo para os valores arqueológicos presentes;
4. Desenvolver ações e projetos de valorização e divulgação da identidade cultural e etnográfica do concelho;
5. Estabelecer parcerias com vista ao desenvolvimento de projetos de relevante interesse científico e patrimonial;
6. Incrementar/incentivar o investimento público e privado que propicie o aumento da oferta e qualidade do alojamento e da dinamização turística.

Eixo Estratégico 2 – Ambiente e Proteção Civil

Qualificar e valorizar o ambiente, promovendo a gestão sustentável dos recursos naturais do concelho (em particular dos principais cursos de água e das suas áreas florestais), a proteção da diversidade paisagística e biofísica e a minimização de impactes associados a fatores de risco e de poluição.

Objetivos estratégicos:

1. Promover a valorização e diversidade ambiental do concelho;
2. Concretizar a criação do Parque Natural Regional do Almourão, em conjunto com a Câmara Municipal de Proença-a-Nova;

3. Aumentar a eficácia e eficiência do sistema de recolha de resíduos, do tratamento de efluentes domésticos e da gestão do consumo de água potável;
4. Criar medidas de proteção aos ecossistemas de maior valor biofísico e cultural;
5. Estabelecer critérios de organização e utilização do espaço rural com vista a garantir a preservação dos valores naturais e patrimoniais existentes;
6. Garantir a atualização e a adequada implementação do PMDFCI e do Plano Municipal de Emergência.

Eixo Estratégico 3 – Urbanismo

Investir na requalificação urbanística e na regeneração habitacional, dando relevância aos núcleos antigos e sedes de freguesia.

Objetivos estratégicos:

1. Requalificar os núcleos antigos nas sedes das 4 freguesias;
2. Promover a criação de novos espaços habitacionais, especialmente em zonas com maior potencial ou procura;
3. Investir na criação e requalificação de espaços públicos urbanos;
4. Promover a eficiência energética em edifícios e iluminação pública e decorativa;
5. Estimular a reabilitação/regeneração de imóveis devolutos ou degradados, com vista à sua reutilização;
6. Reforçar a centralidade urbana da zona do Enxarrique, na sede de concelho, através da criação de novos espaços públicos e edificados com funções de habitação, comércio e serviços.

Eixo Estratégico 4 – Desporto Recreio e Lazer

Criação/valorização de espaços e dinamização de iniciativas desportivas, de recreio e de lazer, que promovam o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes e o apoio à estrutura turística, em parceria com outras instituições e empresas.

Objetivos estratégicos:

1. Fomentar a utilização dos espaços desportivos, envolvendo as vertentes de formação, de competição e de manutenção;
2. Motivar o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer, envolvendo programas ocupacionais de tempos livres;
3. Criar novas zonas de recreio e lazer, tirando partido das potencialidades existentes, especialmente relacionadas com os cursos de água;
4. Incrementar e disciplinar a prática da caça e pesca desportivas, tirando partido do potencial cinegético e piscícola existente.

Eixo Estratégico 5 - Desenvolvimento Económico

Apoiar a diversificação, modernização, qualificação e promoção das empresas concelhias e dos seus produtos e serviços, numa cultura de empreendedorismo, e, em simultâneo, contribuir para a criação de condições atrativas de fixação de novos investimentos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável do concelho.

Objetivos estratégicos:

1. Aumentar a capacidade de oferta de solo urbanizável com fins industriais, com o intuito de permitir acolher unidades empresariais de média/grande dimensão;
2. Incentivar/motivar o incremento de investimentos de carácter diferenciador;
3. Implementar um sistema de incentivos e apoio ao tecido empresarial concelhio, nomeadamente no âmbito da divulgação e promoção de produtos, eficiência energética e gestão de efluentes industriais;
4. Contribuir para a valorização e qualificação da população, em interligação com estruturas empresariais e de ensino;
5. Promover a empregabilidade aos residentes no concelho e a criação de condições atrativas para o aumento e fixação de população ativa;
6. Estimular e incrementar o associativismo empresarial, principalmente ligado ao setor agrícola e agro-industrial, motivando a melhor rentabilização dos produtos e recursos endógenos.

4. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os FCDs (Quadro 1) foram identificados na primeira fase do processo da Avaliação Ambiental Estratégica, mediante a análise das relações entre as questões estratégicas que estão associadas à proposta de Revisão do PDMVVR (objeto de avaliação), o quadro de referência estratégica (que identifica as macro orientações de política nacional, europeia e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade) e o domínio ambiental da avaliação estabelecido pela legislação (Decreto de Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) no que respeita à *“biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores”*.

Para cada FCD foram estabelecidos os objetivos de sustentabilidade ambiental e selecionados indicadores que permitem avaliar de que forma a proposta de Revisão do PDMVVR contribui para a persecução desses mesmos objetivos.

Quadro 1- Descrição dos FCD

FCD	Descrição
Ordenamento e Gestão Do Território	Avaliar o contributo da proposta da Revisão do PDMVVR na: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sua compatibilização com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial e com o equilíbrio entre o espaço urbano e espaço rural; ▪ Reabilitação do espaço urbano; ▪ Melhoria da rede de acessibilidades e da mobilidade
Dinamização Sócio-Económica	Avaliar o contributo da proposta para a Revisão do PDMVVR, na: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coesão social; ▪ Melhoria da qualidade de vida da população; ▪ Dinâmica e fixação de atividades económicas; ▪ Reforço da identidade e da competitividade.
Valorização E Proteção Cultural E Paisagística	Avaliar o contributo da proposta de Revisão do PDMVVR, na <ul style="list-style-type: none"> ▪ Salvaguarda e valorização da paisagem; ▪ Valores culturais; ▪ Identidade local.

Valorização E Proteção Ambiental	<p>Avaliar o contributo da proposta para a Revisão do PDMVVR, na:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Salvaguarda dos valores ecológicos; ▪ Prevenção da fragmentação dos habitats, promovendo o <i>Continuum naturale</i> e assegurando a existência de uma rede adequada de áreas favoráveis à manutenção da biodiversidade; ▪ Melhoria da qualidade física do ambiente nas vertentes recursos hídricos, recursos geológicos, ar e ruído, conducentes à salvaguarda da saúde humana e ambiental.
Riscos Naturais E Tecnológicos	<p>Avaliar o contributo da proposta para a Revisão do PDMVVR, na:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenção e minimização de riscos naturais nomeadamente cheias, sismos, incêndios florestais e erosão dos solos; ▪ Prevenção e minimização de riscos tecnológicos.

Quadro 2 - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores por FCD

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
Ordenamento e Gestão do Território	Instrumentos de Gestão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compatibilizar e articular a proposta de ocupação do Plano com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial e com as servidões e condicionantes do uso do solo em vigor 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área ocupada por solo urbano ▪ Área ocupada por solo rural ▪ Área com regimes de proteção - RAN, REN, etc.
	Solos, Uso e Ocupação do Território	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a compatibilização da proposta de ocupação do solo com o equilíbrio entre o espaço urbano e espaço rural/natural 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evolução do uso do solo ▪ Índices de permeabilidade ▪ Percentagem de ocupação do solo urbanizado e urbanizável ▪ Relação entre a área do espaço programado no PDM e o total do solo urbano ▪ Ocupações dos espaços industriais, unidades industriais em solo rural, ocupação dos loteamentos urbanos ▪ Quantificação resultante da ocupação de áreas sujeitas a servidões e restrições.
	Requalificação Urbana	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Requalificação e regeneração do espaço urbano 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Volume de carências habitacionais no concelho ▪ Número de fogos afetos a requalificação/regeneração urbana ▪ Área de espaços verdes e de utilização coletiva
	Acessibilidades e Mobilidades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir um planeamento integrado ao nível da rede viária e contribuir para a reformulação e melhoria da rede de acessibilidades ▪ Valorizar a rede de transportes coletivos e sua articulação com as acessibilidades a nível concelhio e regional ▪ Promover uma mobilidade mais "sustentável" 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de eficácia da rede de acessibilidades ▪ Cobertura da rede de transportes coletivos ▪ Taxa de beneficiação/requalificação da rede viária existente ▪ Extensão da rede pedonal e das ciclovias ▪ Índice de conectividade pedonal e ciclável
Dinamização Sócio - Económica	População	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação das dinâmicas de crescimento/regressão demográfica e da qualificação, valorização e integração profissional da população ▪ Novas e mais amplas respostas sociais a partir dos equipamentos coletivos e serviços públicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evolução da população residente ▪ Distribuição da população por grupos etários ▪ Qualificação/níveis de instrução da população ▪ Capitação da oferta em equipamentos coletivos e serviços públicos

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
	Emprego/Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Promover a fixação da população através da atração de atividades económicas e criação de novos postos de trabalho e outras respostas sociais promotoras da fixação 	<ul style="list-style-type: none"> População (%) segundo a condição perante a atividade económica População ativa (%) por atividade económica
		<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a competitividade e atratividade do município, promovendo a diversificação da estrutura económica 	<ul style="list-style-type: none"> Incremento de áreas afetadas às atividades secundárias/terciárias. Fixação da população nas áreas rurais, novas áreas de exploração agrícola, agroindústrias, etc.
		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a atratividade turística do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de recursos turísticos (nº e tipologia) Oferta em termos de alojamento turístico (quer em quantidade, quer em qualidade)
Valorização e Proteção Cultural e Paisagística	Património arquitetónico e arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do património arquitetónico Proteção e valorização do património arqueológico 	<ul style="list-style-type: none"> Imóveis classificados ou em vias de classificação Imóveis com interesse patrimonial Sítios classificados ou em vias de classificação Áreas arqueológicas a valorizar
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Proteger e valorizar a qualidade cénica e a diversidade da Paisagem Reforço da identidade do território 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade, absorção e sensibilidade da Paisagem Áreas de paisagem degradada Áreas de elevado valor paisagístico (cénico) a proteger
Valorização e Protecção Ambiental	Estrutura ecológica e valorização de áreas naturais	<ul style="list-style-type: none"> Preservação de habitats naturais, áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas com valor natural, protegidas e classificadas. Sítios geológicos (GEOSSITIOS) Área de distribuição e efetivos populacionais de espécies protegidas Tipo e área dos habitats protegidos
		<ul style="list-style-type: none"> Promover a biodiversidade evitando a fragmentação dos ecossistemas e habitats naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Número e área das descontinuidades/continuidades introduzidas nos ecossistemas e habitats naturais
		<ul style="list-style-type: none"> Promover o <i>Continnum naturale</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas ocupadas por espaços de sistemas ecológicos e valores naturais em solo urbano, integrados na Estrutura Ecológica Urbana
	Recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção e valorização da rede hidrográfica 	<ul style="list-style-type: none"> Grau de impermeabilização das bacias hidrográficas identificadas Principais usos associados às águas superficiais e constrangimentos existentes
<ul style="list-style-type: none"> Garantir o bom estado ecológico e químico das águas superficiais e subterrâneas 		<ul style="list-style-type: none"> Estado das águas superficiais e subterrâneas Taxa de emissão de poluentes Área de galerias rípicolas requalificadas Percentagem de áreas cobertas com rede de saneamento separativo e tratamento final terciário Nível de erradicação de sobrecargas em termos de captações e descargas 	
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir o bom estado quantitativo das águas subterrâneas (garantir as recargas dessas águas) 	<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada VS capacidade de recarga dos aquíferos Áreas de máxima infiltração

FCD	CRITÉRIOS	OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir a distribuição de água destinada ao consumo humano e um bom nível de atendimento relativo aos sistemas de abastecimento e de tratamento das águas 	<ul style="list-style-type: none"> % da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo % da população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais Qualidade de água para consumo humano
	Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir as emissões de poluentes atmosféricos e de gases de efeito de estufa Melhorar a qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de gases de efeito de estufa por sector de atividade emissora (transportes, resíduos, habitação) Exposição ao Ozono troposférico acima dos valores limite Exposição a partículas PM10 acima dos valores limite Emissão de poluentes Área de espaços verdes por habitante N.º dias com índice da qualidade do ar Bom e Muito Bom
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualidade do ambiente sonoro tendo em conta as fontes sonoras existentes e previstas e garantir os níveis adequados à saúde humana 	<ul style="list-style-type: none"> % área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas exposta a níveis sonoros superiores aos valores-limite % população exposta a determinadas classes de níveis sonoros
Riscos Naturais e Tecnológicos	Riscos naturais	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o contributo da proposta para a Revisão do PDMVVR, na prevenção e minimização de riscos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da área (ha) percorrida por incêndios florestais Evolução da área do concelho suscetível a deslizamentos de terras Nº de exercícios do PMEPC efetuados Nº de acidentes ou incidentes ocorridos anualmente relacionados com riscos naturais
	Riscos Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Prevenção e redução do risco 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de exercícios do PMEPC efetuados Nº de acidentes ou incidentes ocorridos anualmente relacionados com riscos tecnológicos

5. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FCD

7.1. AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS E FUNDAMENTAÇÃO DA ALTERNATIVA QUE SUSTENTA A OPÇÃO DO PLANO

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com a redação atual, bem como ao Guia de Boas Práticas para a AAE (APA, 2007) considera-se que, enquanto abordagem estratégica, um dos objetivos da AAE consiste em "Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão."

Em termos gerais, a proposta de ordenamento presente no processo de revisão do PDM não envolve alterações significativas relativamente ao ordenamento atual.

Para além de algumas transformações associadas à redelimitação dos perímetros urbanos e da REN, da criação de duas categorias de espaços naturais e do reordenamento dos espaços rurais (adequando-os às utilizações agrícolas e florestais existentes), assume particular significado a proposta de delimitação de uma grande zona de expansão destinada a atividades económicas, junto à sede de concelho.

Como mencionado nos documentos do plano, a existência de procura de terrenos para implantação de novas estruturas industriais, procura essa associada principalmente à existência da Celtejo, como fonte produtora de matéria prima para a indústria do papel, levou a que o Município tenha sido contactado no sentido de se procurar uma solução que, ao nível do ordenamento do território, permitisse responder a essa procura.

A expectativa de fixação de novas unidades que, de ponto de vista económico, pudessem contribuir para o desenvolvimento do concelho, atendendo às dificuldades sentidas neste capítulo, motivou a Câmara Municipal para, aproveitando a oportunidade de revisão do PDM, avaliar as possibilidades de criação de novas áreas para esses fins.

Como fator determinante para enquadrar a geração de alternativas, foi desde logo considerada a distância à zona industrial existente, sendo que a presença da Celtejo (como produtora de matéria prima) assume uma importância significativa. Por outro lado, a da proximidade de uma fonte de água (albufeira do Fratel) e de bons acessos viários e ferroviários também contribuíram para centrar, nas imediações da zona industrial existente na sede de concelho, a zona com melhores condições para os fins em causa.

Tendo como referência as unidades industriais existentes, nomeadamente quanto à dimensão dos seus perímetros, foi inicialmente delimitada uma área para avaliação com cerca de 110 ha, localizada a poente da zona industrial existente, até à ribeira do Açafal (ver desenho anexo). Tendo em conta a estrutura urbana existente, a existência da linha ferroviária, do ribeiro do Enxarrique e a orografia do terreno, não seria possível considerar qualquer alternativa a poente, norte ou sul.

A definição da área de expansão pretendida teve ainda em conta alguns fatores de ordem mais prática, ou operativa, uma vez que as unidades industriais existentes (Celtejo e AMS) manifestaram igualmente intenção de ver alargados os seus perímetros, o que apenas se tornaria viável em zonas marginais aos atuais.

Assumindo-se como desejável a disponibilização de uma área que, em termos de regularidade formal e topográfica, não motivasse condicionantes acrescidas à implantação de estruturas construídas de grande dimensão, foram assim considerados como fatores mais importantes, em termos de análise de alternativas, a existência da E.N.241, com as respetivas faixas de proteção, a ribeira do Açafal, as condicionantes RAN e REN e a orografia do terreno.

Nessa perspetiva, atendendo ainda a que alguns dos terrenos confinantes com o perímetro atual da Celtejo já são propriedade desta empresa, foi desde logo assumida a delimitação

desta zona, definindo-se a restante área de expansão para nordeste, de forma a considerar três unidades operativas de planeamento e gestão, correspondentes a três fases de execução. A área delimitada para expansão proposta ficou assim com cerca de 67 ha.

Neste sentido, no RA procedeu-se à elaboração de um quadro síntese da análise comparativa das duas alternativas, contemplando os cinco FCD estabelecidos para a AAE da Revisão do PDMVVR e respetivos Critérios.

Alternativa 1: Esta alternativa prevê uma área para expansão com cerca de 110 ha, localizada a poente da zona industrial existente, até à ribeira do Açafal.

Alternativa 2: Esta alternativa prevê uma área de expansão com cerca de 67 ha, localizada a nordeste da zona industrial existente. Considera três unidades operativas de planeamento e gestão, correspondentes a três fases de execução (U1, U2 e U3).

Da breve avaliação dos impactes/implicações das alternativas no território, concluiu-se que a alternativa 2 apresentava benefícios ambientais relativamente à alternativa 1, justificando assim o seu abandono pela equipa do plano, na fase de elaboração da Proposta.

A alternativa 2, enquanto opção do plano, foi alvo de uma análise mais detalhada no decurso do RA, e integrará as etapas de análise contidas no esquema que seguidamente se apresenta e que foi aplicado, a cada um dos FCD, anteriormente identificados:



Figura 2 – Metodologia de Avaliação Estratégica por FCD

De acordo com **Erro! Fonte de referência não encontrada.** a AAE da proposta de Revisão do PDMVVR integra as seguintes etapas de análises por FCD:

Etapa 1 - Análise de tendências, permite e a análise, por FCD, das perspectivas, oportunidades e constrangimentos de evolução e de desenvolvimento territorial na área de intervenção de Revisão do PDMVVR. A súmula da análise de tendências resulta numa matriz SWOT dando uma indicação sobre oportunidades e ameaças que a tendência actual de desenvolvimento pressupõe. Esta fase decorre em simultâneo com a elaboração dos Estudos de Caracterização da Revisão do PDMVVR.

Etapa 2 – Análise Oportunidades e riscos, permite a identificação das ações ou intervenções a desenvolver com a implementação do plano e que são susceptíveis de gerar impactes significativos no ambiente. Para tal, cruzaram-se os objetivos de Revisão do PDMVVR com os critérios identificados para cada FCD, permitindo assim assinalar as oportunidades e riscos

decorrentes da implementação do plano. Esta fase decorre em simultâneo com a elaboração da Proposta do PDMVVR.

Etapa 3 – Definição do Programa de Seguimento, permite o estabelecimento de medidas e recomendações de seguimento que resultam da avaliação das oportunidades e riscos decorrentes da implementação da Revisão do PDMVVR e dividem-se em duas categorias:

- **Medidas e recomendações de planeamento e gestão** a serem integradas diretamente na proposta da Revisão do PDMVVR.
- **Medidas e recomendações de monitorização** com o objetivo de avaliar o desempenho ambiental e identificar atempadamente efeitos negativos decorrentes da implementação da Revisão do PDMVVR.

O programa de seguimento deverá acompanhar o ciclo de planeamento e programação e concretizar a sua aplicação. Constitui assim um programa de ação para a gestão ambiental e de sustentabilidade estratégica, fundamental para se poder continuar a assegurar o contributo da avaliação ambiental, no processo de decisão. A sua execução é crucial para controlar incertezas capitais, resolver e detectar múltiplas situações inesperadas não identificadas em fases anteriores. Inclui as alterações de orientação estratégica que frequentemente ocorrem em processos desta natureza, e assegurar o cumprimento das medidas de planeamento, gestão e monitorização.

Esta etapa permite ainda a definição do quadro de governança, fundamental para o sucesso da implementação do PDM uma vez que o êxito deste plano não está somente dependente da entidade promotora, mas igualmente de um conjunto de entidades, que através das suas ações, contribuem direta ou indiretamente para essa finalidade.

7.2. ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências, por FCD, encontra-se sintetizada numa análise SWOT que identifica os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e os riscos associados à realidade territorial da Revisão do PDM na situação atual (Quadro 3).

Quadro 3 - Análise SWOT da situação tendencial

FCD	Pontos fortes	Pontos Fracos
Ordenamento e Gestão Do Território	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área de intervenção com potencial para a estruturação de um espaço qualificado e atrativo; ▪ Existência de alguns núcleos antigos ▪ Reabilitação de alguns edifícios de arquitetura tradicional pela população local; ▪ Existência de volumetrias moderadas, onde predomina uma tipologia habitacional unifamiliar, normalmente com dois pisos de cêrcea; ▪ Existência de duas zonas industriais na freguesia de Vila Velha de Rodão com Plano de Pormenor aprovado; ▪ Presença de um vasto património natural, arquitetónico e arqueológico ▪ Existência de espaços naturais com valor paisagístico na envolvente de alguns aglomerados; ▪ Proximidade a Castelo Branco e a Portalegre; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de uma rede urbana, composta por aglomerados de muita pequena dimensão disseminados pelo território e pouco dotados de serviços e funções urbanas; ▪ Fraco desenvolvimento funcional do centro urbano de Vila Velha de Rodão e ausência de um centro cívico; ▪ Descaracterização de alguns conjuntos urbanos induzida pelo processo de renovação urbana ou pela introdução de linguagens arquitetónicas distintas das locais; ▪ Abandono e a degradação do parque edificado de alguns núcleos antigos; ▪ Inexistência de estrutura urbana coerente nas áreas de expansão e ocupação urbana de áreas pouco adequadas (zonas declivosas, zonas húmidas, etc.); ▪ Existência de espaços intersticiais associada à tendência para a dispersão urbana dentro dos

FCD	Pontos fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Principais acessibilidades externas asseguradas por eixos da Rede Nacional (A23); ▪ Inserção Regional favorecida pela localização geográfica e pela evolução da Rede Nacional; ▪ Ligações à fronteira com Espanha; ▪ Grau de acessibilidade interna nas ligações entre Vila Velha de Ródão e a maioria dos aglomerados urbanos concelhios; ▪ Investimentos recentes no âmbito da beneficiação da Rede Municipal; ▪ Serviço de Transporte Ferroviário (passageiros e mercadorias) proporcionado pela Linha da Beira Baixa; ▪ Circuitos Escolares, abrangendo zonas não servidas pelo transporte regular; ▪ Existência de uma excelente rede de transportes camarários. ▪ Resposta eficaz aos períodos de maior solicitação da procura rodoviária, apresentando volumes de tráfego moderados em geral. 	<p>aglomerados;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de imóveis bastante degradados no interior de núcleos antigos com algum interesse de conjunto; ▪ Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística dos imóveis classificados e com interesse. ▪ Ausência de medidas de ordenamento e requalificação do espaço urbano (passeios, delimitação de zonas de estacionamento, passadeiras sobrelevadas para travessia de peões; ▪ Orografia acidentada de parte do território, condicionando o traçado das vias e a mobilidade interna; ▪ Ausência de uma rede de Transportes coletivos, que satisfaça cabalmente a população residente nos concelhos limítrofes; ▪ Vias com insuficiências ao nível da marcação rodoviária por pintura, sinalização vertical e colocação de guardas de segurança; ▪ Acessibilidades ao Litoral Centro; ▪ Efeito "barreira" introduzido pelo Rio Tejo, impedindo a ligação direta à Estremadura espanhola; ▪ Adiamentos na implementação do IC31; ▪ Elevada extensão dos troços desclassificados no âmbito do PNR2000; ▪ Características físicas de alguns troços da Rede Municipal.
Dinamização Sócio-Económica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de grande diversidade de património natural e cultural na região ▪ Aptidão para turismo ▪ Proximidade a Castelo Branco ▪ Proximidade de Espanha ▪ Produção da pasta de papel (Empresa Celtejo) ▪ Produção de energia elétrica através de biomassa (Empresa Celtejo) ▪ Produção de papel <i>tissue</i> (AMS Gomma Camps) ▪ Produtos tradicionais (queijo, mel, azeite, enchidos, artesanato e gastronomia) ▪ Dinamismo da Autarquia no acesso a apoios provenientes dos quadros comunitários ▪ Projetos realizados com apoios provenientes dos quadros comunitário ▪ Acessibilidades rodoviárias (A23/IP6, IP2 e IC8) ▪ Transporte ferroviário de passageiros e mercadorias (Linha da Beira Baixa) ▪ Recente beneficiação da rede viária municipal ▪ Promoção de habitação a custos controlados para a fixação de população no município (Programa de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias) ▪ Equipamentos de saúde (Centro de Saúde e Extensão de Saúde em cada freguesia) ▪ Instalações desportivas ▪ Complexo Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização interior e periférica ▪ Perdas demográficas muito significativas nas últimas décadas ▪ Fraca capacidade de atração e fixação de população ▪ Acentuado envelhecimento populacional ▪ Alguma taxa de analfabetismo e restante população com baixas habilitações académicas ▪ Escassez de recursos humanos qualificados ▪ Falta de investimento público e privado ▪ Falta de capacidade de atrair investimentos ▪ Baixo nível de empreendedorismo ▪ Ausência de ensino secundário e profissional ▪ Recursos turísticos pouco explorados ▪ Baixa oferta de alojamento turístico ▪ Oferta de transportes públicos é muito limitada
Valorização e Proteção Cultural e Paisagística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença de imóveis classificados, em vias de classificação e imóveis com interesse; ▪ Presença de património arqueológico, de sítios e conjuntos edificados com interesse; ▪ Núcleos antigos das sedes de freguesia com interesse arquitetónico e histórico; ▪ Integração no Geopark Naturtejo e no Parque Natural do Tejo Internacional; ▪ Integração no Monumento Natural das Portas de Ródão e na Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul; ▪ Presença da cordilheira quartzítica (UP1) e dos rios Tejo, Ocreza e Ponsul (UP3) conferindo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença de imóveis bastante degradados no interior de núcleos antigos com algum interesse de conjunto; ▪ Reduzido número de sítios arqueológicos que possuem condições para ser visitado, revelando um subaproveitamento deste recurso. ▪ Existência de pontos de degradação da paisagem: focos de poluição doméstica, industrial e em espaço agrícola, amplas áreas de Monoculturas florestais de Eucalipto) e Pinheiro bravo, extração de inertes, depósitos de entulho e sucatas. ▪ Extensas áreas florestais aridas; ▪ Subaproveitamento de potencial cinegético e

FCD	Pontos fortes	Pontos Fracos
	<p>elevada qualidade à paisagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> Existência de pontos notáveis na paisagem: pontos panorâmicos e locais com interesse paisagístico; Existência de elementos singulares na paisagem; Existência de património histórico-cultural inserido em zonas de paisagem de qualidade; Azeite e Queijo com Denominação de Origem; 	<p>silvo-pastoril;</p> <ul style="list-style-type: none"> UP1 e UP2 com reduzida absorção visual; Reduzido planeamento e divulgação de atividades recreativas (pesca, desportos náuticos, tracking, campismo, etc); Poluição dos principais rios (Ocreza e Tejo); Ausência de planos de ordenamento para as albufeiras (Fratel e Pracana).
Valorização e Proteção Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Presença de galerias ripícolas com bom nível de desenvolvimento; Presença de habitats e ecossistemas que propiciam a vida e fixação de espécies de elevado valor florístico e faunístico; Existência de estruturas geológicas com grande interesse científico; Integração no Geopark Naturtejo e no Parque Natural do Tejo Internacional; Território de elevada riqueza e disponibilidade hídrica; Linhas de água de regime permanente; Recarga dos aquíferos; Zonas de infiltração máxima delimitadas; Grande extensão de frentes ribeirinhas; Água mineral (fonte das Virtudes); Nível de atendimento de saneamento básico; Existência de 3 ETAR; Sistema de drenagem de águas pluviais é do tipo separativo na totalidade da sede de concelho e em parte das sedes de freguesia; Zona de lazer na margem do rio Tejo; Cais fluvial na zona ribeirinha de Vila Velha de Rodão; Utilização lúdica da zona fluvial na foz do ribeiro Cobrão; Percurso pedestre na Foz do Cobrão e em Vila Velha de Rodão, registados e homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, mais 2 instalados e não homologados; Zonas de pesca desportiva; Prática de desportos náuticos; As fontes de degradação da qualidade do ar e de ruído são pouco numerosas e conhecidas; O ambiente acústico na generalidade do Concelho é calmo, com uma reduzida percentagem da população exposta a níveis de ruído superiores ao previsto. 	<ul style="list-style-type: none"> Impactos sobre ecossistemas terrestres, provocado pelo enchimento e variação do nível das albufeiras; Impactos sobre ecossistemas aquáticos provocado pela presença das barragens; Focos de poluição doméstica, industrial e em espaço agrícola; Existência de tecido industrial com forte impacto ambiental; Amplas áreas florestais aridas; Extensas áreas de monocultura de pinheiro bravo e/ou eucalipto que se associam a uma reduzida biodiversidade e reduzida capacidade de reação a pressões externas; Alteração do caudal dos cursos de água a jusante das barragens; Dependência de caudais com origem em Espanha; Variabilidade hidrológica interanual, anual e sazonal; Poluição de cursos de água; Ausência de planos de ordenamento para as albufeiras (Fratel e Pracana); Perdas elevadas nos sistemas de abastecimento; Risco de inundações (zona sul do aglomerado de Vila Velha de Rodão) e cheias; Períodos de seca; Erosão hídrica na extração de inertes, junto ao IP2, na zona de Peroledo; Baixo caudal da Fonte das Virtudes; Dois lixeiras no concelho; Fragilidades na ETAR de Vila Velha de Rodão; Muitos aglomerados servidos por fossa séptica coletiva (tratamento primário); Falta de controle efetivo das fossas individuais; Deficiente tratamento dos efluentes industriais; Monitorização insuficiente e/ou ineficiente do estado das massas de água; A degradação da qualidade do ar é percebida como relevante por parte da população, apesar de não existirem evidências de situações de poluição objetivamente associáveis a riscos graves para a saúde pública.
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Abordagem sistemática dos riscos, com recurso a planos eficazes relativos a esta temática A área do concelho susceptível a riscos é reduzida 	<ul style="list-style-type: none"> Não consideração, até à data, dos potenciais efeitos das alterações climáticas sobre os riscos com expressão no concelho Os riscos inerentes à presença da central nuclear de Almaraz não estão contemplados

FCD	Oportunidades	Riscos
Ordenamento e Gestão Do Território	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um quadro normativo, na revisão do PDM, que controle a ocupação fora das áreas urbanas, que promova a renovação e consolidação da malha urbana existente; Definição de perímetros urbanos que contribuam para o fecho da malha urbana, contrariem a ocupação dispersa e protejam as áreas consideradas mais sensíveis; Promoção de programas e incentivos que visem a salvaguarda do parque edificado dos aglomerados com características mais tradicionais; Existência de vários conjuntos com interesse que 	<ul style="list-style-type: none"> Agravamento da tendência para a dispersão do povoamento; Aumento da pressão para edificação em solo rural; Acentuar do esvaziamento, abandono e consequente degradação dos núcleos antigos; Avanço gradual do mau estado de conservação do património edificado; Destruição do património arqueológico pela construção, pela lavoura, pela abertura de caminhos e outras intervenções; Descaracterização de alguns núcleos antigos de aglomerados face à introdução de

FCD	Oportunidades	Riscos
	<p>poderão ser alvo de projetos de requalificação urbana;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização patrimonial e urbanística das sedes de freguesia e de algumas aldeias (Foz do Cobrão; Vale do Cobrão; Gavião do Ródão; Vale do Homem); ▪ Reabilitação de imóveis classificados ou com interesse; ▪ Valorização dos pequenos conjuntos de arquitetura tradicional; ▪ Desenvolvimento de itinerário e percursos pedestres de base cultural, articulados com principais pontos de atração patrimoniais. ▪ A nível regional, implementação ou beneficiação de alguns eixos previstos no âmbito do PRN2000 proporcionando uma melhoria das acessibilidades externas; ▪ Construção do IC31, beneficiando as ligações a Espanha; ▪ A reintegração na Rede Nacional de dois troços anteriormente desclassificados: EN241 (Alvaiade/IP2 V.V.Rodão) e ER18 (V.V.Rodão Alpalhão/IP2); ▪ Definição de um conceito global para a rede viária concelhia, incluindo o estabelecimento da sua adequada hierarquização funcional; ▪ Criação de um quadro normativo no âmbito da revisão do PDM que defina os parâmetros a adotar no que respeita à gestão e ao ordenamento da rede atual, bem como às futuras intervenções. ▪ Potencial da área de intervenção para a estruturação de um espaço qualificado e atrativo; ▪ Potencial para o desenvolvimento industrial e logístico, associado às acessibilidades rodo e ferroviárias; ▪ Implementação de um conjunto de Infraestruturas na Rede Nacional, com reflexos diretos no desenvolvimento económico e inserção territorial; ▪ Construção de novos troços e retificação dos existentes; 	<p>linguagens arquitetónicas dissonantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incapacidade em qualificar espaços urbanos que possam alavancar o desenvolvimento económico; ▪ Continuidade do processo de dispersão da ocupação edificada do solo; ▪ Incapacidade em qualificar vias com insuficiências; ▪ Aumento do tráfego de mercadorias, que pode colocar limitações; ▪ Forte dependência do transporte individual; ▪ Hierarquização das redes nacionais e municipais;
<p>Dinamização Sócio-Económica</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o investimento público e privado ▪ Promoção da imagem de Vila Velha de Rodão ▪ Promover o crescimento populacional associado ao dinamismo económico ▪ Investidores interessados em desenvolver projetos geradores de dinâmica económica e emprego ▪ Aumento do nível de instrução da população ▪ Ensino secundário e profissional ▪ Ampliar os equipamentos de apoio à população idosa ▪ Enceramento de escolas, reconvertendo a sua utilização para outros fins ▪ Valorização de produtos tradicionais ▪ Agricultura biológica ▪ Oferta turística de qualidade ▪ Valorização do "interior" e do "rural " ▪ Turismo rural ▪ Turismo sustentável ▪ Aproveitamento turístico das albufeiras para atividades recreativas, prática sustentável de desportos náuticos e de outros usos recreativos; ▪ Criação de praias fluviais; ▪ Prática de desportos e de outros usos recreativos associados ao turismo de natureza e de aventura, nomeadamente percursos pedestres; ▪ Centro de Formação Artística Manuel Cargaleiro ▪ Lagar de Varas ▪ Centro de interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agravamento da tendência de envelhecimento da população ▪ Forte contração do tecido empresarial, com os consequentes efeitos negativos na qualidade de vida das populações ▪ Aumenta do apoio social e de saúde induzido pelo envelhecimento da população ▪ Desertificação humana

FCD	Oportunidades	Riscos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção da barragem e aproveitamento hidroelétrico do Alvito 	
Valorização e Proteção Cultural e Paisagística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do património arquitetónico e arqueológico local; ▪ Reabilitação de imóveis classificados ou com interesse; ▪ Desenvolvimento de itinerários e percursos pedestres articulados com pontos de atração patrimoniais. ▪ Aproveitamento turístico das albufeiras (pesca, desportos náuticos, etc); ▪ Desenvolvimento de atividades recreativas e desportivas associadas ao turismo de natureza e de aventura; ▪ Melhoria da qualidade paisagística com intervenções adequadas e integradas na paisagem local. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avanço gradual do mau estado de conservação do património edificado; ▪ Destruição do património arqueológico pela lavoura, pela silvicultura, pela abertura de caminhos e outras intervenções; ▪ Descaracterização de alguns núcleos antigos de aglomerados face à introdução de linguagens arquitetónicas dissonantes. ▪ Contínua situação de desqualificação com agravamento na degradação da paisagem. ▪ Aumento da área de monoculturas de exploração florestal (pinheiro bravo e eucalipto) – risco de incêndio e redução de biodiversidade.
Valorização e Proteção Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salvar e otimizar a gestão dos recursos hídricos na área de intervenção; ▪ Utilização da água residual para satisfazer as necessidades hídricas na rega, limpeza de espaços públicos e outros usos menos exigentes; ▪ Soluções sustentáveis para o aproveitamento das águas pluviais; ▪ Qualificação e valorização dos espaços ribeirinhos; ▪ Preservação da vegetação ripícola; ▪ Criação de espaços de fruição e de aproximação da população ao rio Tejo; ▪ Melhorar a qualidade dos recursos subterrâneos. ▪ Abastecimento de água a todos os aglomerados do concelho; ▪ Diminuição das perdas de água nos sistemas de abastecimento; ▪ Definição de regime de caudais ecológicos para as barragens que ainda não têm; ▪ Sistema de drenagem de águas pluviais do tipo separativo em todas as sedes de freguesia; ▪ Selagem das lixeiras; ▪ Diminuição das fossas sépticas; ▪ Ligação das redes à conduta adutora da Águas do Centro e integração do abastecimento de água a Foz do Cobre neste subsistema; ▪ Estender a rede de tratamento de águas residuais aos aglomerados mais próximos das ETAR; ▪ Salvar e criação de espaços verdes urbanos, como modo de promover a infiltração ▪ Aumento dos programas de monitorização ▪ Ao se conhecerem as fontes de degradação da qualidade do ar e de ruído será possível o estabelecimento de programas de ação tendentes a atenuar os seus impactos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da área de monoculturas de exploração florestal (pinheiro bravo e eucalipto) – risco de incêndio e redução de biodiversidade; ▪ Contaminação dos cursos de água e dos aquíferos; ▪ Poluição industrial; ▪ Eutrofização de albufeiras e linhas de água; ▪ Descida dos níveis piezométricos; ▪ Localização da Fábrica "Centroliva" num terreno com elevada permeabilidade (foz das ribeiras do Açafal e de Lucriz); ▪ Indústrias (presuntos, enchidos e salsicharia) no vale do ribeiro de Enxarrique; ▪ Suiniculturas e lagares de azeite distribuídas pelo concelho; ▪ Aumento não sustentado do uso da água; ▪ Arrastamento de nitratos em excesso pelas águas pluviais e por águas de rega; ▪ Manutenção ou agravamento (pouco provável) da atual situação no que respeita à qualidade do ar e ambiente sonoro.
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A existência de planos eficazes com incidência na gestão dos riscos proporciona uma boa base de partida para a consideração desta dimensão na gestão do território do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O facto de vários dos riscos com incidência no concelho estarem associados a instalações / atividades da responsabilidade de múltiplas entidades externas à Autarquia dificulta a sua gestão e requerer maior esforço de coordenação nas respostas a emergências aí geradas; ▪ As alterações climáticas podem alterar / agravar alguns dos riscos actuais

7.3. ANÁLISE DE EFEITOS, OPORTUNIDADES E RISCOS

Da avaliação das oportunidades e riscos decorrentes da implementação da proposta de Revisão do PDMVVR,, ressaltam, para cada FCD, os seguintes aspectos considerados mais relevantes:

FCD Ordenamento e Gestão Do Território

EE 1 – Cultura, Património e Turismo	As ações previstas neste eixo estratégico consideram-se como uma mais valia para este FCD, uma vez que a sua execução, deverá obrigar ao desenvolvimento de diversas tarefas de recuperação, manutenção e produção de novos elementos.
EE 2 – Ambiente e Proteção Civil	Os objetivos estratégicos estão direcionados para a promoção da gestão sustentável dos recursos naturais do concelho, a proteção da diversidade paisagística e biofísica e a minimização de impactes associados a fatores de risco e de poluição. Destacam-se os objetivos estratégicos "aumentar a eficácia e eficiência do sistema de recolha de resíduos, do tratamento de efluentes domésticos e da gestão do consumo de água potável" ou "garantir a atualização e a adequada implementação do PMDFCI e do Plano Municipal de Emergência" como oportunidades e mais valias no âmbito deste FCD
EE 3 – Urbanismo	As ações previstas pretendem promover a requalificação urbanística dos centros históricos, das sedes de freguesia, a recuperação de imóveis e zonas degradadas nas várias áreas do concelho, a promoção da criação de novos loteamentos urbanos, qualificação das redes viárias e pedonais, e criação e requalificação de espaços públicos urbanos, conduzindo a uma melhoria da qualidade da área urbana, trazendo efeitos positivos para este FCD. Por outro lado destaca-se a constituição da Estrutura Ecológica Municipal estabelecendo um contínuo natural entre o espaço urbano e o espaço rural, salvaguardando manutenção da biodiversidade e a conectividade ecológica.
EE 4 – Desporto Recreio e Lazer	Apresenta diversas oportunidades para o reforço de sinergias entre o espaço rural e o espaço urbano, na própria qualificação dos espaços e da melhoria da qualidade de vida da população. Considera-se um contribuindo positivo para o equilíbrio dos usos e funções do território. Por outro lado a valorização e criação de espaços destinados ao desenvolvimento de atividades de desporto, recreio e lazer, apresenta diversas oportunidades no âmbito deste FCD
EE 5 – Desenvolvimen to Económico	Os objetivos compreendem a concretização de diversas ações que acarretam mais valias para um desenvolvimento económico e social do concelho. Terá efeitos positivos neste FCD se refletir um uso sustentável do território salvaguardando os valores naturais e culturais em presença. Este eixo reflete um maior dinamismo, atratividade e investimento que poderão ser revertidos em prol da cidade em termos de requalificação e melhoria da qualidade urbana. Contudo, importa referir que o aumento das áreas destinadas à atividade industrial poderá conduzir à própria desqualificação dos espaços o que deverá ser acautelado o devido enquadramento ambiental e paisagístico. Por outro lado incremento destas áreas pode conduzir a uma alteração significativa das acessibilidades e mobilidades ao nível das comunicações com o interior e exterior do território concelhio, geradoras ou atradoras de deslocações, podem constituir pontos de conflito, aumento de novas vias e fluxos, que se poderão traduzir em efeitos negativos. Sendo indispensável a definição de medidas de minimização dos mesmos.

FCD Dinamização Sócio-Económica

EE 1 – Cultura, Património e Turismo	Constitui uma valia para a população pois as ações previstas, nomeadamente a divulgação do concelho como destino turístico e cultural permitem fixar população, com o conseqüente crescimento populacional, associado ao dinamismo económico, e o conseqüente retardamento do processo de envelhecimento. Gera uma relação de oportunidade para o critério Emprego/Competitividade, pois as ações previstas para promover o património concelhio, desenvolvendo estruturas e atividades de apoio permitirão diversificar a economia do concelho, com efeitos positivos ao nível do FCD dinamização sócio-económica.
EE 2 – Ambiente e	Gera uma relação de oportunidade para a população, pois um ambiente valorizado constitui um atrativo para a fixação da população.

Proteção Civil	Ao qualificar e valorizar os elementos do ambiente, promovendo a gestão sustentável dos recursos naturais do concelho, conservando e protegendo a diversidade paisagística e biofísica e ao minimizar os impactes associados a fatores de risco e de poluição, induz valorização territorial, e por essa via, no tipo de atividades que é possível atrair, assim como, na capacidade de fixação de atividades de reconhecido interesse, em termos de criação de valor e emprego gerando-se assim uma relação de oportunidade para a dinâmica económica deste território.
EE 3 – Urbanismo	Apresenta uma relação positiva com a população, pois a requalificação e a regeneração urbanas, através de projetos considerados estruturantes para o concelho, é um fator de atração de pessoas e famílias a estes locais. Também apresenta uma relação positiva com o critério Emprego/Competitividade, pois a requalificação e a regeneração urbanas são fatores promotores de desenvolvimento e de criação de emprego.
EE 4 – Desporto Recreio e Lazer	Também constitui uma valia pois a prática de desporto, recreio e lazer pode ser um fator atrativo e, consequentemente, uma oportunidade, com efeitos positivos na fixação da população. Ao dinamizar atividades concelhias também gera uma oportunidade para o critério Emprego/Competitividade, funcionando como um motor de desenvolvimento e de incentivo para a criação de emprego.
EE 5 – Desenvolvimento Económico	apresenta uma relação muito forte com o critério População, gerando uma relação de oportunidade para a fixação de população no concelho, resultante da dinâmica económica que está associada a este eixo. Evidenciam-se as atividades inerentes ao segundo OE (<i>Incentivar a fixação, a diversificação e a modernização das empresas, e promover a qualidade dos produtos e serviços locais nos mercados nacional e internacional</i>), pois constituem um pilar para o desenvolvimento ao necessitarem de mão-de-obra qualificada para as assegurar. Permite criar condições atrativas de fixação de novos investimentos e diversificar a economia do concelho. Ao incentivar a fixação, a diversificação e a modernização das empresas, e promover a qualidade dos produtos e serviços locais nos mercados nacional e internacional, dinamiza-se a base económica local gerando-se assim uma forte relação de oportunidade para o critério Emprego/Competitividade. Este eixo funciona como uma alavanca de desenvolvimento e de criação de emprego, com efeitos positivos ao nível do FCD de dinamização sócio-económica. A melhoria dos níveis de qualificação profissional e escolar da população constituem uma oportunidade, com efeitos positivos no nível de emprego e no grau de competitividade.

FCD Valorização e Proteção Cultural e Paisagística

EE 1 – Cultura, Património e Turismo	<p>O reforço das trajetórias identitárias e afirmação territorial, decorrem da preservação e valorização da diversidade dos elementos naturais e culturais em presença no território, permitindo, em simultâneo, qualificá-lo e divulgá-lo no exterior como imagem de excelência.</p> <p>Na Planta de Ordenamento da proposta de revisão do PDMVVR, encontram-se assinalados os elementos que correspondem a Património Classificado ou em Vias de Classificação, o Património Arqueológico, e ainda elementos que constituam Outro Património Cultural – património arquitetónico, sítios com interesse e conjuntos urbanos com interesse. No capítulo IX da sua proposta regulamentar encontram-se as disposições referentes a estes valores culturais.</p> <p>Os Espaços Florestais de Conservação e os Espaços Naturais Tipo II são espaços com interesse para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental que promovem e divulgam os valores naturais e paisagísticos em causa. Os Espaços Naturais Tipo II constituem ainda espaços com interesse para dinamizar atividades de recreio e lazer e turismo.</p> <p>Os objetivos, deste eixo estratégico, estabelecem o desenvolvimento de diversas estruturas e atividades, como são exemplo: a dinamização de rotas temáticas e percursos pedestres, a criação de casas para turismo rural, a dinamização e valorização do centro de interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo, do Lagar de Varas do Enxarrique (Vila Velha de Ródão), do Centro de Interpretação das Portas de Ródão e das Portas do Almourão e dos espaços museológicos existentes em cada sede de freguesia, a requalificação de aldeias “típicas” do concelho (Foz do Cobreão, Vale do Homem e Vale do Cobreão) e o desenvolvimento de uma diversidade de atividades de âmbito cultural (exposições, seminários, oficinas artísticas, música, etc.) etc. Estas ações consideram-se como uma mais valia para este FCD, uma vez que a sua implementação deverá obrigar ao desenvolvimento de diversas tarefas de valorização, recuperação e manutenção do património natural, arquitetónico e arqueológico e da qualidade cénica da paisagem, bem como a uma monitorização sistemática que acautele efeitos adversos sobre o mesmo e a uma atualização regular dos inventários e informação referentes aos elementos culturais e naturais presentes.</p> <p>Por outro lado, o desenvolvimento destas ações (por exemplo a construção das praias fluviais no Ribeiro do Cobreão e a construção do parque de campismo) acarretam o desenrolar de uma série de fatores que podem por em causa a integridade destes recursos, atendendo à pressão exercida sobre os mesmos, sobretudo ao nível de produção de resíduos com consequências na poluição dos solos e das águas e ao nível da descaracterização da paisagem local, que importa acautelar.</p>
--------------------------------------	--

EE 2 – Ambiente e Proteção Civil	Os seus objetivos operacionais estão direcionados para a valorização e melhoria da qualidade dos elementos do meio ambiente com consequências muito positivas neste FCD, especificamente no critério paisagem. Neste contexto destaca-se a proposta da unidade de execução U4 "Parque Natural Regional do Almourão" onde se pretende a sua classificação como "Parque Natural Regional", promovendo a proteção e a valorização dos sítios e estruturas patrimoniais e arqueológicas existentes e da paisagem em geral; a proposta das U5 e U6 "Planos de salvaguarda e valorização do património do Vale do Tejo" promovendo a proteção, a reabilitação e valorização do património natural e construído. Paralelamente, o plano prevê a constituição de uma Estrutura Ecológica Municipal, que integra um <i>continuum natural</i> constituído por um conjunto de elementos fundamentais para a proteção, conservação e valorização paisagista e ambiental dos espaços rurais e urbanos. Os espaços verdes e naturais potenciam a presença de elementos visuais e ornamentais qualificadores do espaço e contribuem para a dinâmica e para o equilíbrio da paisagem local.
EE 3 – Urbanismo	a proposta de revisão do PDMVVR, através de projetos considerados estruturantes para o concelho, pretende promover a requalificação e a regeneração urbanas, dando prioridade aos centros históricos e às sedes de freguesia, trazendo efeitos positivos diretos para este FCD, seja ao nível do património arquitetónico como da paisagem e da qualidade de vida dos munícipes. A requalificação do centro histórico de Vila Velha de Ródão e dos centros históricos das sedes de freguesia, a recuperação de imóveis e zonas degradadas, bem como a requalificação de algumas vias rodoviárias conduzem a uma melhoria da qualidade da área urbana, enriquecendo o património cultural e a paisagem em valor e carácter. A proposta de plano estabelece que as novas construções, sejam efetuadas na proximidade do património construído e que promovam conjuntos harmoniosos.
EE 4 – Desporto Recreio e Lazer	com o objetivo de dinamizar estas atividades, apresenta diversas oportunidades no âmbito deste FCD, permitindo melhorar e qualificar a paisagem. Nomeadamente a criação do "Parque Ambiental do Tejo/Enxarrique", a implementar numa zona junto ao rio Tejo/albufeira do Fratel, com a constituição de passeios públicos, envolvidos por espaços verdes equipados, destinados a zonas de estadia, de recreio e de lazer. Refere-se também neste âmbito a requalificação e dinamização do Campo de Feiras, situado na sede do concelho.
EE 5 – Desenvolvimento o Económico	A proposta de revisão do PDMVVR estabelece uma relação neutra com este FCD, na medida em que, por um lado, com a sua concretização é espectável o desenvolvimento de diversas tarefas de valorização, recuperação e manutenção do património natural, arquitetónico, arqueológico e paisagístico, por outro, enquadra ações que apontam para uma alteração da paisagem com impactes negativos. Neste eixo estratégico enquadra-se a proposta das unidades de execução, U1, U2 e U3 "Zona industrial norte de Vila Velha de Ródão" – na cofinancia dos espaços industriais já existentes, aumentando significativamente a área destinada a espaços para atividades económicas. Este incremento pode conduzir a uma alteração significativa da paisagem com efeitos negativos. Esta zona insere-se na UP2 - Vale Agrícola, que apresenta uma sensibilidade paisagística média e uma absorção visual baixa, o que significa que a capacidade que apresenta em disfarçar ou absorver os eventuais impactes visuais negativos causados pelo projeto, sem alterar, contudo, a qualidade da paisagem, é baixa, sendo indispensável a definição de medidas de minimização e compensatórias destes efeitos. A revisão do PDMVVR estabelece que o PP a elaborar no âmbito da concretização destas unidades terá de atender, de acordo com o artigo 105º do regulamento, a determinadas disposições que permitem minimizar ou compensar os eventuais efeitos negativos que a implementação de um projeto desta natureza possa acarretar no património cultural e na paisagem:

FCD Valorização e Proteção Ambiental

EE 1 – Cultura, Património e Turismo	Constitui uma valia para este FCD, desde que a abordagem de valorizar, preservar e promover o património concelhio seja integrada, e que as ações também contemplem o património natural. Neste contexto, a divulgação do concelho reveste-se de grande importância, estabelecendo uma relação de oportunidade com a Valorização e Proteção Ambiental.
EE 2 – Ambiente e Proteção Civil	Verifica-se uma relação muito positiva entre os objetivos de desenvolvimento e este FCD. No que respeita ao critério Estrutura Ecológica e Valorização de Áreas Naturais, a análise de oportunidades e riscos aponta um conjunto de ações preconizados no plano que visam a valorização, preservação e promoção dos valores naturais presentes. A Estrutura Ecológica Municipal, integra áreas classificadas, áreas sensíveis, corredor ecológico estruturante (rio Tejo), corredores ecológicos secundários, áreas consideradas de maior relevância ecológica, REN e RAN e espaços verdes de recreio e lazer que se destinam a espaços dedicados ao usufruto da população. Estas áreas estabelecem um <i>continuo natural</i> entre o espaço urbano e o espaço rural, salvaguardando manutenção da biodiversidade e a conectividade ecológica. É bastante pertinente, gera uma relação de oportunidade, apresentando uma relação muito forte com o critério recursos hídricos, constituindo estes um pilar essencial dos ecossistemas e da qualidade de vida

	<p>das populações. Considera-se uma mais valia para os recursos hídricos, pois, numa abordagem abrangente e integrada, qualificar e valorizar os elementos do meio contribui para garantir e promover a salvaguarda de recursos naturais, inclusive das massas de água, e definir opções estratégicas para um desenvolvimento sustentável. Pela mesma razão, o tipo de objetivos associados a este eixo estratégico são de molde a ter uma relação positiva com o critério "Ar" e "Ruído", no sentido da mitigação dos impactes atualmente existentes.</p>
EE 3 – Urbanismo	<p>A definição da Estrutura Ecológica Municipal que estabelece um <i>continuo natural</i> entre o espaço urbano e o espaço rural, salvaguarda o equilíbrio ecológico e ambiental, revestindo-se de importância acrescida para este FCD.</p> <p>Apresente uma relação positiva com o critério Recursos Hídricos, pois considera-se que promover a requalificação e a regeneração urbanas, através de projetos considerados estruturantes para o concelho, induz benefícios na qualidade ambiental, promovendo a utilização e gestão sustentável deste recurso.</p> <p>Por outro lado a intervenção por parte da população nos processos decisivos no âmbito de estratégias de desenvolvimento é preponderante para o sucesso dos objetivos de sustentabilidade que se ambicionam atingir neste FCD.</p>
EE 4 – Desporto Recreio e Lazer	<p>Constitui uma valia para os recursos hídricos pois a criação de espaços verdes destinados à prática de desporto, recreio e lazer reveste-se de grande importância, pois potencia a funcionalidade deste recurso.</p> <p>O tipo de objetivos associados a este eixo estratégico são ainda de molde a ter uma relação positiva com os critérios "Ar" e "Ruído", no sentido da mitigação dos impactes atualmente existentes e consequente melhoria da qualidade ambiental.</p>
EE 5 – Desenvolvimento Económico	<p>Poderá exercer pressão sobre os Recursos Hídricos e consequentemente causar impacto negativo. Refere-se o aumento de produção de resíduos por parte da população e das atividades económicas, nomeadamente as industriais, que se não tratados e dispostos de forma inadequada no ambiente podem ocasionar a contaminação da água. Questões de saneamento e da gestão integrada dos recursos hídricos deverão ser devidamente acauteladas.</p> <p>As principais fontes de degradação da qualidade do ar correspondem a unidades industriais cujo licenciamento não é da competência municipal. Como tal, a capacidade que o PDM terá para alterar substancialmente as emissões dessas unidades industriais será diminuta, podendo, quanto muito, condicionar a ocupação das zonas mais afetadas (potencialmente complicado face à área de influência dos impactes em causa). De qualquer forma a melhoria da participação pública e da informação aos cidadãos sobre a qualidade do ar poderá proporcionar uma maior sensibilização para os problemas existentes e, assim, criar dinâmicas tendentes a uma melhor aceitação dos mesmos e, no limite, à sua progressiva minimização.</p>

FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

EE 1 – Cultura, Património e Turismo	<p>A divulgação do concelho como destino turístico e cultural integra ações que contemplam a valorização do património natural, estabelecendo uma relação de oportunidade com este FCD, não se identificando uma relação de risco para a prevenção e minimização dos riscos naturais e tecnológicos.</p>
EE 2 – Ambiente e Proteção Civil	<p>Relevante para a prevenção e minimização dos riscos naturais e tecnológicos. Há a salientar a existência do PMEPC e do PMDFCI. Estes importantes instrumentos de gestão dos riscos foram contemplados na revisão do PDM, dando cumprimento às exigências legais existentes sobre esta matéria e criando disposições, ao nível do Plano e do regulamento, para, dentro daquilo que são as possibilidades de intervenção, direta ou indireta, compatíveis com um PDM enquanto instrumento de gestão territorial, prevenir a ocorrência ou reduzir as possíveis consequências de eventos enquadráveis nas tipologias de riscos consideradas.</p> <p>Esta relação de oportunidade está refletida quer no conteúdo da proposta do Plano, quer no seu regulamento, pelo que se considera existir efetivamente um alinhamento, estratégico mas também tático, do Plano com o Fator Crítico para a Decisão "Riscos Naturais e Tecnológicos".</p> <p>As zonas inundáveis em solo urbano encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento do Plano, de acordo com o n.º 1 do artigo 2º do DL n.º 364/98, de 21 de Novembro. A sua proposta regulamentar, nomeadamente o artigo 75º, estabelece as restrições e os condicionalismos à ocupação destas áreas para fazer face ao risco de cheia.</p> <p>No que respeita à Perigosidade de Risco de Incêndio, as áreas de perigosidade alta e muito alta encontram-se cartografadas na Planta de Condicionantes e o seu regime jurídico definido no artigo 7º do Regulamento do Plano.</p>
EE 3 – Urbanismo	<p>O incremento de novos espaços urbanos revela alguns efeitos negativos sobre este FCD, nomeadamente no que respeita ao aumento de área impermeabilizada e consequente risco de inundação na área do plano, devendo ser acauteladas estas situações e adotadas medidas compensatórias que maximizem a permeabilidade dos solos.</p> <p>Estas medidas encontram-se refletidas quer no conteúdo da proposta do Plano, quer no seu regulamento, pelo que se considera existir efetivamente um alinhamento, estratégico mas também tático, do Plano com este FCD.</p>











EE 4 – Desporto Recreio e Lazer	A criação de espaços destinados à prática de desporto, recreio e lazer potencia o aumento de áreas permeáveis constituindo uma oportunidade no âmbito deste FCD.
EE 5 – Desenvolvimento o Económico	A criação de novos espaços destinados a atividade económicas, com destaque para a área destinada à indústria contribui para o aumento da área impermeabilizada na área do plano e consequente efeitos nefastos no âmbito deste FCD. A significância deste impacto poderá ser reduzida se se adotar as medidas e recomendações de planeamento e de monitorização apresentadas no RA. Também aqui o conteúdo do plano e o regulamento refletem medidas compensatórias e de minimização, nomeadamente no que respeita à maximização das áreas de infiltração da água no solo dentro dos limites do plano através da criação áreas permeáveis como sejam os espaços verdes.









Em suma, verifica-se uma relação positiva entre os eixos estratégicos e objectivos específicos de desenvolvimento do Plano e os FCDs. Considera-se que a análise de oportunidades e riscos revela que o Plano, como instrumento de gestão do território, apresenta um conjunto de princípios de sustentabilidade ambiental aliado às linhas de orientação estratégica e objectivos que visam compatibilizar, de forma integrada, a proteção e valorização dos aspetos ambientais, sociais, económicas, políticas e institucionais, nas suas diferentes fases de atuação.









O Quadro 4 apresenta-se, sob a forma de síntese, a avaliação das oportunidades e riscos resultantes da implementação da proposta de Revisão do PDMVVR tendo em consideração 2 cenários:

- **Cenário 1** - Avaliação dos efeitos associados à alternativa zero, ou seja, à não implementação do PDM, tendo por base a análise da situação atual, efetuada para cada FCD;
- **Cenário 2** - Avaliação dos efeitos associados à implementação da proposta do PDM.

Quadro 4 - Quadro Síntese das oportunidades e riscos

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PDM	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PDM
ORDENAMENTO E Gestão DO TERRITÓRIO	Ocupação do território	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Povoamento desordenado e com tendência para a dispersão; ▪ Relativa homogeneidade de uso do solo ▪ Manutenção de uma parte muito importante dos solos sem serem urbanizados. 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de projetos geradores de dinâmica económica e social em consonância com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial. ▪ Equilíbrio entre espaço rural/natural e espaço urbano ▪ Controlo da urbanização difusa ▪ Aumento da pressão sobre a ocupação do solo, mas procurando a salvaguarda do solo agrícola de qualidade superior e a qualificação dos aglomerados em promover o acréscimo de Solo Urbano
	Requalificação Urbana	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de carências em termos de espaços infraestruturados, qualificados e modernos; ▪ Degradação do sistema urbano existente. 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de projetos geradores de dinâmica económica e social em consonância com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial; ▪ Controlo da urbanização difusa; ▪ Criação de um espaço qualificado e atrativo; ▪ Qualificação dos aglomerados urbanos
	Acessibilidades e Mobilidade	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de uma rede de Transportes coletivos, que satisfaça população residente nos concelhos limítrofes. 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencia o desenvolvimento concelhio/regional associado às acessibilidades rodo e ferroviário.
DINAMIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA	População	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Efeitos negativos na qualidade de vida das populações ▪ Agravamento da tendência de envelhecimento da população 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização da coesão social
	Emprego/Competitividade	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Subaproveitamento dos recursos e potencial económico ▪ Aumento dos riscos associados às pressões da edificação desordenada ▪ Abandono agrícola e degradação dos espaços 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento e requalificação da oferta, da dinamização social e económica, do emprego e da coesão social

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PDM	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PDM
VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA	Património arquitetónico e arqueológico	 <ul style="list-style-type: none"> Avanço gradual do mau estado de conservação do património edificado; Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística dos sítios arqueológicos e imóveis classificados e com interesse 	 <ul style="list-style-type: none"> Valorização do património arquitetónico e arqueológico local;
	Paisagem	 <ul style="list-style-type: none"> Contínua situação de desqualificação com agravamento na degradação da paisagem. Aumento da área de monoculturas de exploração florestal (pinheiro bravo e eucalipto) – risco de incêndio e redução de biodiversidade. 	 <ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade paisagística com intervenções adequadas e integradas na paisagem local.
QUALIDADE AMBIENTAL	Estrutura ecológica e valorização de áreas naturais	 <ul style="list-style-type: none"> Presença de galerias ripícolas em bom estado de desenvolvimento; Presença de habitats e ecossistemas que propiciam a vida e fixação de espécies de elevado valor florístico e faunístico; Aumento da área de monoculturas de pinheiro bravo e eucalipto, incrementando o risco de incêndio e redução de biodiversidade. Eutrofização de albufeiras e linhas de água Contaminação dos cursos de água e dos aquíferos Degradação dos solos com maior aptidão agrícola, nomeadamente das áreas de RAN devido ao abandono da atividade agrícola. 	 <ul style="list-style-type: none"> Criação de uma rede favorável à promoção da Biodiversidade – <i>continuum naturale</i> Preservação da vegetação ripícola Valorização das linhas de água Valorização dos espaços agrícolas e florestais
	Recursos hídricos	 <ul style="list-style-type: none"> Manutenção da atual situação 	 <ul style="list-style-type: none"> Efeitos positivos no que respeita aos Recursos Hídricos.

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos	
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PDM	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PDM
	Qualidade do Ar	 <ul style="list-style-type: none"> Tendência de manutenção da situação atual 	 <ul style="list-style-type: none"> Prevê-se que os efeitos potencialmente decorrentes da revisão do PDM, ainda que tendencialmente positivos, serão pouco significativos
	Ruído	 <ul style="list-style-type: none"> Tendência de manutenção da situação atual. 	 <ul style="list-style-type: none"> Contemplação de mecanismos de gestão das implicações do ruído sobre a gestão do território, em conformidade com as disposições legais em vigor
RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	Riscos naturais	 <ul style="list-style-type: none"> Existência de dois instrumentos (o PMEPC e o PMDFCI) da maior relevância para a gestão dos riscos naturais 	 <ul style="list-style-type: none"> Cumprimento às exigências legais existentes e a implementação das disposições previstas no do PDM e no seu regulamento reforçará a oportunidade de prevenir a ocorrência ou reduzir as possíveis consequências de eventos enquadráveis nas tipologias de riscos consideradas
	Riscos Tecnológicos	 Existência de dois instrumentos (o PMEPC e o PMDFCI) da maior relevância para a gestão dos riscos tecnológicos	 <ul style="list-style-type: none"> Cumprimento às exigências legais existentes e a implementação das disposições previstas no do PDM e no seu regulamento reforçará a oportunidade de prevenir a ocorrência ou reduzir as possíveis consequências de eventos enquadráveis nas tipologias de riscos consideradas

 Risco
  Manutenção
  Oportunidade

O número de setas é proporcional à intensidade da evolução (1 – fraca; 2 – forte).

7.4. MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES PARA SEGUIMENTO

As medidas e recomendações apresentadas em seguida além de promoverem a mais valia deste Plano, também pretendem suprimir algumas das limitações identificadas.

7.4.1. Medidas e recomendações de planeamento

- Integrar na Planta de Condicionantes do Plano, uma vez estabelecidas pela entidade responsável, as servidões legais respeitantes às infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais
- Garantir a minimização dos impactes sobre os solos de maior aptidão agrícola e da RAN
- Garantir a minimização dos impactes sobre as áreas da REN
- Maximizar a permeabilidade dos solos
- Assegurar uma estrutura orientadora de implantação espacial de equipamentos coletivos e de atividades económicas atenuadoras das desigualdades espaciais
- Maximizar a articulação equilibrada entre o urbano e o rural, com uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos de utilização coletiva que promovam a polivalência, a complementaridade e a equidade territorial.
- Recomenda-se uma estruturação da rede rodoviária que constitua um quadro de referências em matéria de gestão e planeamento, deverá conter uma hierarquização funcional que permita segregar os vários tipos de tráfego envolvidos.
- Recomenda-se que as características físicas e geométricas das redes viárias, deverão ser mais adequadas ao desempenho das respetivas funções. Aplicar critérios de gradual ajustamento do dimensionamento do espaço viário aos projetos de criação ou remodelação dos arruamentos, tendo em vista os objetivos de reduzir a pressão automóvel no espaço urbano, a redução da taxa de utilização de veículo próprio, a diminuição do custo das infraestruturas e a acalmia de tráfego em zonas exclusivamente residenciais.
- Recomenda-se uma melhor cobertura da rede pública de transportes coletivos.
- Relativamente às deslocações pedonais e outros modos leves de transporte em geral, deverão ser incentivadas, formalizando corredores para circulação pedestre e/ou modos suaves de transporte, disponibilizando passeios, ciclovias e zonas de suportes para estacionamento de bicicletas.
- Adotar boas práticas em termos de mobilidade condicionada, especialmente nos casos em que estiverem em causa acessos a zonas públicas, equipamentos e outras áreas de previsível concentração populacional e algumas intervenções na rede viária.
- Nas novas áreas urbanizáveis garantir, de raiz, a implantação de percursos acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, sendo importante garantir-se, à partida que a sua viabilização não venha a exigir o recurso a dispendiosos meios de elevação mecânica.
- Na zona industrial de Vila Velha de Ródão, assegurar melhores condições de mobilidade em modos suaves, tais como a instalação de suportes para estacionamento de bicicletas e, onde viável, a criação de passeios/percursos pedonais e cicláveis entre a área central da vila e esta zona.
- Maximizar a integração das iniciativas de desenvolvimento em curso no âmbito do Plano com as estratégias e iniciativas de âmbito regional. Como exemplo, apontam-se algumas iniciativas já propostas pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROTC).
- Recomenda-se também que sejam tomadas medidas a implementar nas fases seguintes de desenvolvimento, concretização e exploração dos investimentos previstos no Plano destinadas a maximizar a captação dos benefícios económicos e sociais gerados pelos projetos ao nível local e/ou regional. Para isso, recomenda-se que nessas fases seja dada preferência à contratação de recursos humanos oriundos da região, bem como ao aproveitamento de bens e serviços provenientes da região
- São ainda de recomendar todas as ações e iniciativas que possam contribuir para um processo de seguimento das estratégias de desenvolvimento económico previstas ao nível do Plano, tendo em conta a avaliação da sua consistência, integração e concordância com eventuais iniciativas de âmbito regional que venham a ser desenvolvidas
- Integrar os valores culturais na vivência urbana e nas experiências, não apenas dos visitantes, mas também dos residentes
- Definir roteiros que integrem o património arqueológico e arquitetónico, com maior relevância e articulá-los com a prática de atividades culturais e recreativas, dotando-os de condições mínimas de visita
- Desenvolver estratégias e ferramentas para divulgar, gerir, proteger e valorizar o património concelhio.
- Sempre que se ponderem intervenções que possam interferir direta ou indiretamente na integridade do património cultural, recomenda-se:
 - Na implementação dos projetos/ações, o cumprimento das imposições vigentes na legislação portuguesa para a preservação e conservação do Património Cultural, em particular, a Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei nº107/01 de 8 de Setembro de 2001, 209/01 DR Série I-A: 5808-5829) e o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei nº270/99 de 15 de Julho, 163/99 DR Série I-A: 4412-4417)
 - Recomenda-se a especificação de pormenor dos projetos programados. Para cada projeto em concreto, deverá ser definida a área específica de incidência, a duração e a caracterização pormenorizada das intervenções e obras a desenvolver. As ações que implicam a intervenção no subsolo deverão igualmente ser devidamente caracterizadas e pormenorizadas, nomeadamente no que se refere à sua extensão, profundidade, meios e materiais a empregar e objetivos.
 - Em qualquer ação a desenvolver na área do PDM, uma avaliação e estudo prévio do potencial arqueológico da área de incidência definida, de forma a garantir a execução de um diagnóstico adequado
 - Caso o interesse patrimonial de eventuais achados de vestígios o justifique, a execução de trabalhos arqueológicos compatíveis com o tipo de vestígios e contextos identificados, quer em fase prévia, quer durante a fase de obras

- Como normas básicas de projeto e intervenção recomenda-se a utilização de vegetação bem adaptada edafoclimaticamente (preferencialmente espécies autóctones), a adoção de estratégias que se traduzam na diminuição de consumos de água de rega, utilização de equipamentos resistentes e de boa qualidade, e a privilegiar os pavimentos permeáveis ou semi-permeáveis, com utilização de materiais naturais da região
- Deverá ser feita a manutenção e recuperação nas áreas onde tal se mostre necessário, seja ao nível do coberto arbóreo ou de sub-cobertos arbustivos e herbáceos, garantindo o funcionamento ecológico e proporcionando condições de desenvolvimento da fauna e flora, criando uma estrutura ecológica que se prolonga para toda a envolvente
- Recomenda-se a definição clara das áreas a serem intervencionadas, incluindo o seu perímetro, de forma a conter quaisquer intervenções negativas em elementos importantes da paisagem, nomeadamente em algumas linhas de água e galerias ripícolas associadas
- Recomenda-se a criação e/ou manutenção de áreas com vegetação densa para abrigo de fauna
- Recomenda-se a elaboração de projetos concertados que visem a adequada integração harmoniosa dos mesmos na paisagem considerando aspetos como a forma, cor e materiais.
- Garantir a constituição de uma Estrutura Ecológica Municipal organizada tanto quanto possível por um sistema coeso de manchas e corredores ecológicos que assegurem a manutenção da biodiversidade e da conectividade ecológica.
- Recomenda-se complementar e acautelar um cuidado especial na proteção/preservação dos habitats mais sensíveis, assegurando a sua não afetação, (em especial na fase de construção, durante a qual é maior a probabilidade de ocorrerem situações acidentais potencialmente danosas).
- Recomenda-se a preservação tanto quanto possível da vegetação existente e a consolidação e plantação de vegetação com espécies autóctones ou tradicionais da paisagem por serem preponderantes na manutenção do potencial genético, em estratégias de manutenção dos espaços verdes, como na diminuição de consumos de água para a rega. Promover igualmente a sua densidade para abrigo da fauna e avifauna.
- Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental.
- Articulação do Plano com os instrumentos de gestão e planeamento dos recursos hídricos, assegurando-se assim que este plano contribui para o alcance das metas e objetivos do PGRH Tejo e de outros instrumentos de planeamento de recursos em vigor na região em análise;
- Assegurar a implementação adequada de infra-estruturas de saneamento, bem como a sua requalificação e reforço
- Promover a definição e implementação de uma estratégia para a utilização de água residual tratada para fins que não o consumo humana;
- Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as atividades agrícolas, de modo a evitar a contaminação das águas subterrâneas
- Assegurar a revitalização da frente ribeirinha, salvaguardando que novos usos não adicionem pressões significativas ao sistema fluvial
- Na concretização de medidas de planeamento e gestão de ruído deverão ser tidos em conta os seguintes aspetos:
 - A necessidade de serem elaborados planos de redução do ruído, partindo da previsão das condições acústicas, a médio e longo prazo;
 - A disposição e as características construtivas do edificado em relação às principais fontes de ruído devem ser tidos em conta, podendo desta forma diminuir-se a quantidade de fachadas com influência direta das fontes de ruído;
 - Com o intuito de evitar no futuro situações de conflito com a legislação em vigor, deverão ser criadas margens de segurança no que respeita à distância entre as fontes ruidosas e as zonas a proteger. Neste sentido deve condicionar-se a expansão urbana na direção dos principais eixos viários criando zonas tampão;
- Consideração, em próxima revisão do PMEPC, das potenciais implicações das alterações climáticas sobre os riscos naturais e tecnológicos com incidência no concelho;
- Ajuste da carta dos Riscos Naturais e Tecnológicos do PDM em função dos resultados das revisões efetuadas ao PMEPC;
- Adoção de uma análise evolutiva da ocupação das áreas de risco e os efeitos do PDM na redução ou maximização dos riscos.

7.4.2. Medidas e recomendações de monitorização

O Quadro 5 compreende as recomendações inerentes ao plano de monitorização ambiental que permitem o controlo e avaliação continua a levar acabo durante a fase de implementação e vigência do plano.

Quadro 5 - Recomendações para o programa de monitorização

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	Instrumentos de Gestão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Compatibilizar e articular a proposta de ocupação do Plano com os instrumentos estratégicos e de gestão territorial e com as servidões e condicionantes do uso do solo em vigor 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a implementação do Plano e aferir a sua articulação e compatibilização com as orientações dos IGTs e com as servidões e condicionantes do uso do solo em vigor 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de reclassificação do solo rural e do solo urbano 	m ² (%)	Anual	Manter	<ul style="list-style-type: none"> Análise e ortofotomapas e
				<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas 	m ² (%)	Anual	Manter/Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> Cartografia CMVVR CCDR Centro IGTs
				<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de áreas excluídas da REN e /ou ocupadas com edificações compatíveis e com RIP 	m ² (%)	Anual	Manter/Diminuir	
	Solos, uso e Ocupação do Território	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a compatibilização da proposta de ocupação do solo com o equilíbrio entre o espaço urbano e espaço rural/natural 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a implementação do Plano assegurando a ocupação do solo com o equilíbrio entre o espaço urbano e espaço rural/natural 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de execução do solo programado 	%	Anual	Manter/Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> Cartografia CMVVR
				<ul style="list-style-type: none"> Taxa de concretização das UOPG 	%	Anual	Manter/Aumentar	
				<ul style="list-style-type: none"> Taxa de execução do espaço de atividades económicas 	%	Anual	Manter/Aumentar	
				<ul style="list-style-type: none"> Taxa de ocupação dos loteamentos urbanos 	%	Anual	Manter/Aumentar	
	Requalificação Urbana	<ul style="list-style-type: none"> Requalificação e regeneração do espaço urbano 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar as intervenções municipais previstas nas áreas a reabilitar e requalificar Acompanhar o desenvolvimento de projetos de recuperação de áreas degradadas Monitorizar as áreas destinadas a espaços verdes urbanos Monitorizar o licenciamento e a implantação de equipamentos de utilização coletiva e estabelecer limites a partir dos quais será necessário equacionar a expansão das valências disponibilizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de regeneração urbana e requalificação do espaço público 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR Entidades gestoras dos Equipamentos de Utilização Coletiva
				<ul style="list-style-type: none"> Projetos de recuperação de áreas degradadas 	nº	Anual	Aumentar	
				<ul style="list-style-type: none"> Área dos espaços verdes urbanos 	m ²	Anual	Aumentar	
				<ul style="list-style-type: none"> Taxa de utilização de equipamentos coletivos 	%	Anual	Manter/Aumentar	

Quadro 5 - Recomendações para o programa de monitorização

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
	Acessibilidades e Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> Garantir um planeamento integrado ao nível da rede viária e contribuir para a reformulação e melhoria da rede de acessibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as características físicas tendo em conta a hierarquização das redes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de vias a necessitar de reabilitação e reclassificação N.º de utentes das vias 	nº	Bi-anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar através da reclassificação rodoviária, a construção de novas vias ou beneficiação das existentes 	<ul style="list-style-type: none"> Fluxo rodoviário nas acessibilidades concelhias 	nº/h	Bi-anual	-	
		<ul style="list-style-type: none"> Valorizar a rede de transportes coletivos e sua articulação com as acessibilidades a nível concelhio e regional 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o número de carreiras, de modo a assegurar uma melhor distribuição a nível concelhio/regional 	<ul style="list-style-type: none"> N.º médio de carreiras concelhio/regional 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR Operadoras de transporte Inquéritos aos utilizadores
			<ul style="list-style-type: none"> Aferir a variação nos níveis de utilização dos diversos modos de transporte e o cumprimento de metas para redução do uso do transporte individual 	<ul style="list-style-type: none"> N.º médio de utentes dos diversos modos de transporte 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR Operadoras de transporte Inquéritos aos utilizadores
		<ul style="list-style-type: none"> Promover uma mobilidade mais "sustentável" 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução da segurança das deslocações pedonais e cicláveis e avaliar a eficácia das medidas que vão sendo introduzidas 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de acidentes registados 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
			<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar e aferir a aplicação dos Planos de Acessibilidades nos instrumentos municipais de ordenamento e gestão territorial 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de instrumentos municipais de ordenamento e gestão territorial subsequentes a aprovação da revisão do PDM (planos de urbanização, de pormenor, loteamentos, etc.) acompanhados por Planos de Acessibilidade 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR INR
				<ul style="list-style-type: none"> N.º de espaços públicos com barreiras arquitetónicas 	nº	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
		30 CIO	População	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação, valorização e integração profissional da população 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação das dinâmicas de crescimento/regressão demográfica, bem como da qualificação da 	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição da população por grupos etários 	nº	10 anos

Quadro 5 - Recomendações para o programa de monitorização

FCO	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados	
			população	▪ Evolução da população residente	nº	10 anos	Aumentar	Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social ▪ CMVVR	
				▪ Qualificação/níveis de instrução da população;	nº	Bi-anual	Aumentar		
		▪ Novas e mais amplas respostas sociais a partir dos equipamentos coletivos e serviços públicos	▪ Identificação da capacidade de geração de investimento nas atividades de cariz social		▪ Capitação da oferta em equipamentos coletivos e serviços públicos de cariz social	m ² /hab.	Bi-anual	Manter/Aumentar	▪ INE ▪ CMVVR
					▪ População (%) segundo a condição perante a atividade económica	nº ou %	Bi-anual	-	▪ INE ▪ Gabinete de Estudos e
	Emprego / Competitividade		▪ Promover a fixação da população através da atração de atividades económicas e criação de novos postos de trabalho e outras respostas sociais promotoras da fixação	▪ Avaliação da estrutura da população ativa e da empregabilidade	▪ População ativa (%) por atividade económica	nº ou %	Bi-anual	Aumentar	▪ Planeamento do Ministério do Trabalho e da
					▪ Nº de empregos criados	nº	Bi-anual	Aumentar	▪ Solidariedade Social
					▪ Incremento de áreas afetas as atividades secundárias/terciárias.	nº	Bi-anual	Aumentar	▪ Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do
					▪ Aumento do volume de negócios das unidades empresariais em espaços ordenados	nº	Bi-anual	Aumentar	▪ Trabalho e da Solidariedade Social ▪ CMVVR ▪ CCDR Centro
					▪ Oferta em termos de alojamento turístico (quer em quantidade, quer em qualidade)	nº	Anual	Aumentar	▪ Turismo de Portugal ▪ CMVVR
					▪ Diversidade de oferta de produtos turísticos	nº	Anual	Aumentar	▪ Turismo de Portugal ▪ CMVVR
		▪ Melhorar a atratividade turística do concelho	▪ Avaliação das dinâmicas ao nível turístico, bem como das condições de atracção de novas iniciativas		▪ Adesão da população a atividades turísticas	nº	Anual	Aumentar	▪ Associações e Actividades Turísticas ▪ Associações de Recreio Náutico ▪ Associações de Pesca
					▪ Avaliação da adesão da população a atividades turísticas (eventos desportivos, culturais e de recreio)	nº	Anual	Aumentar	

Quadro 5 - Recomendações para o programa de monitorização

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados		
VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA	Património arquitectónico e arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do património arquitectónico Proteção e valorização do património arqueológico 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e monitorização frequentes, dos valores culturais concelhios, implementando procedimentos ao nível do planeamento, licenciamento, fiscalização e promoção cultural do património. 	<ul style="list-style-type: none"> Sítios classificados e em vias de classificação 	nº	Bianual	Manter/Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR DGPC 		
				<ul style="list-style-type: none"> Áreas arqueológicas 	nº	Bianual	Manter/Aumentar			
				<ul style="list-style-type: none"> Património arquitectónico classificado e em vias de classificação 	nº	Bianual	Manter/Aumentar			
			Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Proteger e valorizar a qualidade cénica e a diversidade da Paisagem Reforço da identidade do território 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do desenvolvimento das atividades ou projetos valorativos do património arquitectónico e arqueológico e da identidade local 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de projetos e atividades valorativas do património e paisagens culturais 	nº	Bianual	Manter/Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR
						<ul style="list-style-type: none"> Monitorização de acções promotoras do binómio património/educação 	nº	Bianual	Aumentar	
						<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a promoção de novas classificações 	nº	Bianual	Manter/Aumentar	
	<ul style="list-style-type: none"> Número de intrusões visuais Área do Município integrada em espaço natural e de elevado valor paisagístico Nº de pontos notáveis 	nº				Bianual	Diminuir			
		nº	Bianual	Manter/Aumentar						
		nº	Bianual	Manter/Aumentar						
	VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	Estrutura ecológica e valorização de áreas naturais	<ul style="list-style-type: none"> Preservação de habitats naturais, áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização dos habitats e espécies da fauna e flora com interesse para a conservação, incluindo áreas de <i>habitats</i> de interesse comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas com valor natural, protegidas e classificadas. Sítios geológicos (GEOSSÍTIOS) 	m²	Bianual	Manter/Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> Universidades ICNF CMVVR 	
<ul style="list-style-type: none"> Área de distribuição e efetivos populacionais de espécies protegidas 					m²	Bianual	Manter/Aumentar			

Quadro 5 - Recomendações para o programa de monitorização

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados		
				▪ Áreas de <i>habitats</i> de interesse comunitário (ha)	m ²	Bianual	Manter/Aumentar			
				▪ N° de espécies da avifauna em risco	n°	Bianual	Manter/Aumentar			
		<ul style="list-style-type: none"> Promover a biodiversidade evitando a fragmentação dos ecossistemas e habitats naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização das áreas afetadas a uma adequada manutenção da biodiversidade e caso necessário estabelecer metas a atingir 	<ul style="list-style-type: none"> Número e área das discontinuidades/continuidades introduzidas nos ecossistemas e habitats naturais 	n° e m ²	Bianual	Diminuir			
				<ul style="list-style-type: none"> N° de indústrias em áreas protegidas 	n°	Anual	Diminuir		<ul style="list-style-type: none"> CMVVR ICNF 	
		<ul style="list-style-type: none"> Promover o <i>Continum naturale</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do desenvolvimento da Estrutura Ecológica do Plano 	<ul style="list-style-type: none"> Área da Estrutura Ecológica do plano 	m ²	Bianual	Manter/Aumentar		<ul style="list-style-type: none"> CMVVR 	
				<ul style="list-style-type: none"> N° de indústrias em áreas nucleares e corredores ecológicos constantes da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental 	n°	Anual	Diminuir		<ul style="list-style-type: none"> CMVVR 	
		Recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção e valorização da rede hidrográfica 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da prossecução das medidas de proteção e de conservação da rede hidrográfica Monitorizar a evolução e o grau de eficiência do consumo dos recursos hídricos por parte dos diferentes sectores utilizadores, de forma a desencadear eventuais ajustes e ações de correção 	<ul style="list-style-type: none"> Extensão, em metros, de linhas de água requalificadas, com recurso a técnicas no domínio da bioengenharia 	m	Anual		Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR Águas Centro APA /ARH Tejo CCDR Centro
					<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por usos e atividades indutoras de pressões significativas na rede hidrográfica 	m ²	Anual		Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR APA /ARH Tejo
					<ul style="list-style-type: none"> Necessidades hídricas dos vários tipos de uso, face às disponibilidades hídricas superficiais na área dominada pelo Plano 	%	Anual		Manter/Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR Águas Centro

Quadro 5 - Recomendações para o programa de monitorização

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados		
				▪ Nível de atendimento da população por sistemas de drenagem	%	Anual	Manter/Aumentar			
				▪ Perdas de água nos sistemas de abastecimento	%	Anual	Diminuir			
				▪ Quantidade de Água residual reutilizada	%	Anual	Aumentar			
		▪ Garantir o bom estado ecológico e químico das águas superficiais e subterrâneas	▪ Implementar sistemas de controlo da qualidade da água			▪ Estado de qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Classe		Semestral	Bom
						▪ Taxa de emissão de poluentes	%		Anual	Diminuir
						▪ Percentagem de áreas cobertas com rede de saneamento separativo e tratamento final terciário	%		Anual	Manter/Aumentar
						▪ Nível de erradicação de sobrecargas em termos de captações e descargas	%		Anual	Diminuir
		▪ Garantir o bom estado quantitativo das águas subterrâneas	▪ Monitorizar a área impermeabilizada do plano que possa vir a comprometer o bom estado quantitativo das águas subterrâneas			▪ Área impermeabilizada VS capacidade de recarga dos aquíferos	%		Anual	Diminuir
						▪ Áreas de máxima infiltração	m²		Anual	Aumentar
		▪ Garantir a distribuição de água destinada ao consumo humano e um bom nível de atendimento relativo aos sistemas de abastecimento e de tratamento das águas	▪ Monitorização periódica da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo e por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais			▪ % da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%		Anual	Aumentar
						▪ % da população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	%		Anual	Aumentar
						▪ Qualidade da água para consumo humano (% de cumprimento do Valor Paramétrico – V.P.)	%		Trimestral	Manter/Aumentar

Quadro 5 - Recomendações para o programa de monitorização

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
	Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a qualidade do ar no Concelho com monitorização periódica da qualidade do ar no que respeita aos poluentes SO₂, NO_x, Ozono e PM₁₀ 	<ul style="list-style-type: none"> Variação das concentrações dos poluentes analisados entre campanhas 	%	2 anos	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas de monitorização da qualidade do ar (estações móveis ou fixas)
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Promover a qualidade do ambiente sonoro tendo em conta as fontes sonoras existentes e previstas e garantir os níveis adequados à saúde humana 	<ul style="list-style-type: none"> Atualização periódica dos mapas de ruído e análise da evolução dos indicadores estabelecidos para a avaliação da exposição da população às diferentes classes de ruído e das situações de conflito. 	<ul style="list-style-type: none"> Recetores e população expostos a situações de não conformidade com o valor limite regulamentado em zonas sensíveis e mistas 	nº	2 anos	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR Semelhantes ao necessário à elaboração do Mapa de Ruído realizado no âmbito da Revisão do Plano
RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	Riscos naturais	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o contributo da proposta para a Revisão do PDMVVR, na prevenção e minimização de riscos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Face ao risco de cheia e inundação, acompanhar a evolução da área impermeabilizada em consequência da ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> Área impermeabilizada em consequência da ocupação 	m ²	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> CMVVR ANPC Outros organismos da proteção civil
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar e cartografar as áreas percorridas por incêndios florestais e as áreas de perigosidade "alta" e "muito alta" 	<ul style="list-style-type: none"> Área de povoamentos florestais percorrida por incêndios 	m ²	Anual	Diminuir	
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorização das zonas identificadas como apresentando maior risco de deslizamento de terras 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas urbanizáveis inseridas em locais com perigosidade de incêndio alta e muito alta 	%	Anual	Diminuir	
			<ul style="list-style-type: none"> Analisar os resultados dos exercícios do PMEPC 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da área do concelho suscetível a deslizamentos de terras 	m ²	Anual	Diminuir	
			<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar e cartografar as áreas percorridas por incêndios florestais e as áreas de perigosidade "alta" e "muito alta" 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de exercícios do PMEPC efetuados 	nº	Anual	Aumentar	

Quadro 5 - Recomendações para o programa de monitorização

FCO	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Unidades	Periodicidade	Metas	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados	
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de um registo de acidentes ou incidentes relacionados com os riscos naturais (incluindo dados relativos à ocorrência de cheias que permitam uma adequada análise do fenómeno, por exemplo cotas máximas atingidas, edifícios ou infraestruturas afetadas, prejuízos, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de acidentes ou incidentes ocorridos anualmente relacionados com riscos naturais com incidência no concelho 	nº	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR ▪ ANPC ▪ Agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio 	
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Face à problemática das alterações climáticas, acompanhar iniciativas municipais que visam promover a eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Edifícios públicos com certificação energética 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR 	
	Riscos Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenção e redução do risco 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar e cartografar novos estabelecimentos industriais abrangidos pelo Decreto-Lei nº 254/2007, de 12 de julho (com a atual redação) e respetivas distâncias de segurança ou zonas de perigosidade, minimizando o risco através do planeamento compatível com essas zonas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de novos estabelecimentos industriais 	nº	Anual	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR ▪ ANPC 	
				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área abrangida pelas faixas de perigosidade de risco de acidentes industriais 	m²	Anual	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR ▪ ANPC ▪ APA 	
				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de usos não compatíveis (ex. zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis) com as faixas de perigosidade de risco de acidentes industriais 	nº	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR 	
				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar os resultados dos exercícios do PMEPC, com o objetivo de retirar ensinamentos e alimentar o processo de revisão desse plano 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de exercícios do PMEPC efetuados 	nº	Anual	Aumentar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR, com base nos exercícios realizados
				<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de um registo de acidentes ou incidentes relacionados com os riscos tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de acidentes ou incidentes ocorridos anualmente relacionados com riscos tecnológicos com incidência no concelho 	nº	Anual	Diminuir	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CMVVR ▪ ANPC ▪ Agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio

7.5. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO

Entidades	Acções a desenvolver
CMVVR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter o diálogo institucional com as várias escalas de planeamento supra municipal; ▪ Implementar, gerir e monitorizar as acções do Plano; ▪ Garantir a gestão e manutenção dos espaços públicos; ▪ Monitorizar o incumprimento da Lei das Acessibilidades; ▪ Assegurar a qualidade da rede viária, cicloviária e rede pedonal; ▪ Assegurar a cobertura da rede de transportes coletivos; ▪ Integração dos espaços e equipamentos previstos no Plano nas acções de promoção do Concelho; ▪ Coordenação e compatibilização da atuação das diferentes entidades operando na área de intervenção do Plano; ▪ Criar, manter e atualizar o inventário georreferenciado e a informação respeitante ao património cultural; ▪ Promover projetos qualificadores da paisagem; ▪ Estabelecer diretrizes e metas de proteção e valorização ambiental e assegurar a sua monitorização em articulação com as entidades nas respetivas áreas de competência; ▪ Promover a preservação das linhas de água e área envolvente; ▪ Promover a preservação dos planos de água (albufeiras); ▪ Promover e garantir o uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos; ▪ Promover a recuperação e revitalização de áreas verdes de valor ecológico e de novas áreas verdes; ▪ Estabelecer orientações e metas municipais de proteção dos recursos hídricos assegurando o cumprimento dos princípios de proteção e valorização ambiental; ▪ Atualização periódica dos mapas de ruído e elaboração de planos de redução do ruído; ▪ Articulação entre as diferentes entidades integrantes do SNPC tendo em vista a concretização de estudos e acções tendentes à prevenção dos riscos e ao planeamento de emergências; ▪ Promover a participação pública;
APA/ARH Tejo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de proteção e valorização ambiental.
CCDR-Centro DGADR-Centro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualizar as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais; ▪ Manter atualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de proteção e valorização ambiental, nomeadamente no que se refere aos regimes ecológicos da REN; ▪ Manter atualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de proteção e valorização ambiental; ▪ Contribuir para a correta implementação ao nível dos PP e PU das disposições do PDM VVR.
Águas-Centro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de proteção e valorização ambiental, nomeadamente no que se refere aos solos integrados na RAN.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover e garantir o uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover e garantir o uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos ▪ Promover a preservação das linhas de água e área envolvente ▪ Promover a preservação dos planos de água (albufeiras)
ICNF	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizadas as informações referentes às áreas classificadas e com interesse para a conservação; ▪ Promover e garantir o uso eficiente e sustentável dos recursos naturais.
DGPC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar, manter e atualizar o inventário georreferenciado e a informação respeitante ao património cultural.
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenar e monitorizar os serviços de transportes terrestres.
Direcção-Geral de Energia e Geologia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concessão, promoção e avaliação das políticas relativas aos recursos geológicos, numa ótica do desenvolvimento sustentável.

Entidades	Acções a desenvolver
Estradas de Portugal, EP	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a gestão e monitorização do tráfego; Assegurar a qualidade da rede viária;
REFER	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a qualidade da rede ferroviária; Assegurar a cobertura da rede.
Turismo de Portugal	<ul style="list-style-type: none"> Integração dos espaços e equipamentos previstos no Plano nas acções de promoção da Região.
Ministério do Trabalho e da Solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> Identificação da capacidade de geração de investimentos e emprego.
Unidades industriais presentes no Concelho	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar ativamente na informação à população sobre as emissões poluentes da sua responsabilidade e na identificação e concretização de oportunidades de melhoria.
ONGAs	<ul style="list-style-type: none"> Participação nos programas de monitorização ambiental.
Empresas com atividades / instalações que impliquem riscos tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parceiras ou, no mínimo, mecanismos de articulação com a CMVVR tendo em vista a prevenção de riscos e actuação em caso de acidentes (para além das suas obrigações legais nesta matéria).
Organismos integrantes do Sistema Nacional de Proteção Civil (SNPC) de âmbito regional e nacional	<ul style="list-style-type: none"> Articulação entre as diferentes entidades integrantes do SNPC tendo em vista a concretização de estudos e ações tendentes à prevenção dos riscos e ao planeamento de emergências.
CMVVR e agentes de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> Colaboração na criação de um registo de ocorrências relacionadas com riscos ambientais destinado a suportar a política do Município para a gestão desses riscos.
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> Participação nas ações promovidas pela CMVVR e associações locais; Participar ativamente nos processos de participação pública; Integrar movimentos e associações culturais e de proteção do ambiente; Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental; Colaborar nos processos de gestão eficiente da água.

8. CONCLUSÃO

A revisão do PDM evidencia medidas de atuação que procuram dar resposta às carências detetadas na fase de diagnóstico e caracterização da realidade atual do concelho de Vila Velha de Rodão. As medidas contemplam as potencialidades regionais existentes, privilegiando e potenciando os recursos endógenos existentes no território.

Atualmente o concelho de Vila Velha de Rodão apresenta-se como uma área de povoamento concentrada, mas apoiada em núcleos dispersos, na sua maioria de reduzida dimensão. Do reconhecimento do território, a delimitação dos perímetros urbanos nem sempre estava adequada às características físicas e à ocupação urbana efetiva. A delimitação proposta na revisão do PDM é suportada em cartografia atualizada e integra dentro dos limites as áreas já edificadas.

O crescimento urbano dos aglomerados no concelho tem vindo a ocorrer, predominantemente, através da ocupação das áreas limítrofes e áreas de expansão e não do preenchimento da malha e recuperação do edificado no interior dos aglomerados. Atualmente a procura de parcelas mais amplas justifica uma maior pressão sobre essas áreas periféricas de expansão. Para além de promoverem o crescimento urbano difuso, constituem situações críticas suscetíveis de comprometer o solo rural e a paisagem na envolvente próxima aos aglomerados. A

delimitação proposta na revisão do PDM enquadra a capacidade de crescimento de cada aglomerado, atribuindo prioridade à colmatação do tecido urbano existente, mas face à pressão urbanística verificada, ponderou a definição de novas áreas de expansão, salvaguardando os espaços sensíveis do ponto de vista ecológico ou inaptos à edificação.

Os novos perímetros urbanos incluem, assim, áreas de expansão, com baixa densidade de ocupação, mas que possibilitam a fixação de população e o desenvolvimento dos aglomerados.

Face às características e objetivos estratégicos do Plano são de prever impactes positivos significativos no FCD Ordenamento e Gestão do Território, resultantes da sua implementação, nomeadamente no que respeita à criação de espaços qualificados e atrativos, equilíbrio entre espaço rural/natural e espaço urbano, criando desenvolvimento de projetos geradores de dinâmica económica e social. No caso de não serem concretizados as iniciativas previstas no Plano, é de esperar uma tendência para o povoamento desordenado e com tendência para a dispersão, com o agravamento da tendência de desqualificação do espaço urbano existente e o aumento dos riscos associados às carências em termos de espaços infraestruturados e qualificados.

O incremento de novos espaços urbanos, com destaque as destinadas a atividades industriais, revela alguns efeitos negativos sobre os FCDs, nomeadamente no que respeita ao aumento da área impermeabilizada na área do plano, desqualificação ambiental e paisagística resultante da sua implementação, devendo ser acauteladas as eventuais pressões que possam sobre eles ser exercidas e adotadas as medidas e recomendações de planeamento e de monitorização desenvolvidas no âmbito da AAE.

Face à atual realidade territorial do concelho de VVR, a revisão do PDM permite efetuar as compatibilizações e ajustes adequados entre os condicionamentos legais e o uso do solo, considerando as necessidades futuras e as perspectivas de desenvolvimento.

A revisão do PDM contempla a criação de um sistema urbano policêntrico regional, suportado em subsistemas urbanos, que visa maximizar as articulações entre espaço urbano e rural, atendendo às especificidades das unidades territoriais e respetivas unidades urbanas.

No que respeita às Acessibilidades e Mobilidade a situação atual apresenta algumas deficiências, revelando carências ao nível da qualidade da rede viária, transportes coletivos, mobilidade em modos suaves e mobilidade condicionada, não satisfazendo as necessidades da população residente. Com a revisão do PDM são de prever impactes positivos significativos criando sinergias concelho/regional associado a este critério.

São de prever impactes positivos significativos no FCD Dinamização Sócio-económica, resultantes da proposta de revisão do PDMVVR, mais evidentes ao nível do critério Emprego/Competitividade, nomeadamente no que respeita ao aumento e requalificação da oferta, da dinamização social e económica, do emprego e da coesão social. Sem a implementação do plano é de esperar a manutenção da atual situação de subaproveitamento dos recursos e potencial económico destas áreas, com o agravamento da tendência de

envelhecimento da população e o aumento dos riscos associados às pressões da edificação desordenada, abandono agrícola e degradação dos espaços, com os consequentes efeitos negativos na qualidade de vida das populações.

A revisão do PDM propõe um ordenamento coerente de forma a salvaguardar os valores naturais em presença, acautelando eventuais pressões que possam sobre eles ser exercidos, através da criação de condições de valorização e preservação das comunidades naturais. Evidencia a oportunidade de corrigir situações conflituosas ao nível da qualidade ambiental, através da continuidade entre os espaços que compõem a Estrutura Ecológica.

No que respeita ao critério Recursos Hídricos verifica-se uma relação positiva entre este e os eixos estratégicos e objetivos específicos de desenvolvimento do Plano. A proposta de revisão do PDMVVR, como instrumento de gestão do território, apresenta um conjunto de linhas de orientação estratégica e objetivos que visam compatibilizar, de forma integrada, a utilização sustentável desses recursos com a respetiva proteção e valorização, consagrando a proteção do recurso água como uma prioridade.

No âmbito da revisão do PDM estão a ser contemplados mecanismos de gestão das implicações do ruído sobre a gestão do território, em conformidade com as disposições legais em vigor. Assim sendo pode assumir-se que a implementação do plano constitui uma clara oportunidade a este nível, ainda que o seu significado seja algo limitado, à luz da importância que o ruído representa atualmente enquanto fator de degradação ambiental no Concelho.

Em relação à qualidade do ar, aspeto em que, no caso vertente, a gestão do território acaba por ter menor relevo do que no caso do ruído, prevê-se que os efeitos potencialmente decorrentes da revisão do PDM, ainda que tendencialmente positivos, serão pouco significativos.

A consideração dos riscos naturais e tecnológicos com incidência no concelho de Vila Velha de Rodão no âmbito da revisão do PDM foi feita com base em relevantes instrumentos de gestão desses riscos, nomeadamente o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Vila Velha de Ródão (PMDFCI), e o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Vila Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Vila Velha de Ródão (PMEPC).

Verifica-se, dessa forma, o cumprimento às exigências legais em matéria de gestão de riscos desta natureza e da sua inclusão nos instrumentos de gestão territorial e, em termos práticos, considera-se relevante a forma como a proposta de revisão do PDM e o seu regulamento visam a prevenção e mitigação desses riscos, dentro daquilo que são as possibilidades de intervenção, direta ou indireta, compatíveis com um PDM.

Ao nível da presente avaliação ambiental estratégica considera-se, assim, que a revisão do PDM de Vila Velha de Rodão responde aos objetivos estabelecidos para o Fator Crítico de Decisão "Riscos Naturais e Tecnológicos", sem prejuízo de, na sequência da sua implementação, se adotarem as medidas e recomendações de planeamento e de monitorização preconizadas.

